



ACTA N.º 2/07

- - - Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Armando Rodrigo Soares Pereira. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Marsal Silva Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Defensor Oliveira Moura. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Maria Flora Silva Passos Silva, José Maria da Cunha Costa, Vítor Manuel Castro de Lemos, Joaquim Luís Nobre Pereira, Ana Margarida Ferreira da Silva e Augusto Patrício Lima Rocha e Mário Guimarães. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de 79 deputados municipais e a falta de 2 conforme documento que se junta sob o número 1. -----

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. -----

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO:- Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas (PSD), pelo período de um dia; Ivone da Silva Sousa da Costa Rocha (PSD), pelo período de três dias; José Carlos Coelho Resende da Silva (PS), pelo período de quinze dias; Noé Martins da Rocha (PS), pelo período de quinze dias; Manuel Domingos Afonso Miranda (PS), pelo período de oito dias; Berta Maria de Sá Santos (PS), pelo período de oito dias; Carla Alexandra Ribeiro Esteves Cerqueira (PS), pelo período de oito dias; Fernando António da Silva Marques (BE); pelo período de quinze dias; Francisco Ribeiro Vaz (BE), pelo período de quinze

MANDATO 2005-2009

dias; Manuel Sá Mota (BE), pelo período de quinze dias; Liliana dos Santos Ventura Coelho Barbosa Neiva (BE), pelo período de quinze dias. Os referidos Deputados Municipais irão ser substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente, Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD), João Paulo da Costa Marinho (PSD), Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS), Joaquim Augusto Lopes Pinheiro (PS), António da Costa Gorito (PS), Ilídio Matos Carvalho (PS), Jorge Manuel Gomes Teixeira (BE) e tendo em atenção que se encontravam presentes na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções de Deputados Municipais. -----

- - - Seguidamente, foi submetido à aprovação o texto da acta número 1, da sessão da Assembleia realizada em 28 de Fevereiro do corrente ano, não se tendo registado qualquer intervenção. -----

- - - Posta a votação foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

- - - Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu conhecimento de diverso expediente recebido. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - O Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regimento, deu conhecimento que chegaram à mesa os seguintes documentos:- Proposta de Recomendação (doc.2), Proposta de Recomendação (doc.3), Moção (doc.4), Proposta de Recomendação (doc.5), Proposta sobre debate público (doc.6) tendo de seguida procedido à leitura dos mesmos a fim de dar conhecimento do seu teor. Face ao conteúdo dos referidos documentos o Presidente da Assembleia, informou que os mesmos serão postos a discussão no período que se segue e serão votados no final de todas as intervenções. -----

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia tendo-se registado a

MANDATO 2005-2009

intervenção dos seguintes Deputados Municipais:- Emanuel Araújo Miranda, José Emílio da Rocha Antunes Viana, António Rui Viana Fernandes da Ponte (doc.7), Aristides Martins de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo do Neiva (doc.8), Amândio Araújo Passos da Silva (doc.9), Carlos Parente Antunes (doc.10), Luís Filipe de Oliveira Louro, Luís Manuel Miranda Palma, Luísa Novo Vaz, João Campos Sardinha, Amândio Araújo Passos da Silva, Antero Augusto Martins Filgueiras, Presidente da Câmara, Antero Augusto Martins Filgueiras (Req. Oral), António Rui Viana Fernandes da Ponte, José Augusto Neiva de Sá, Carlos Parente Antunes. -----

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - De seguida, passou-se á votação dos documentos apresentados no início do período de antes da ordem do dia:-----

I - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - Aprovada com 42 votos a favor, 2 contra e 28 abstenções.-----

II - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - Aprovada com 42 votos a favor e 29 abstenções.-----

III - MOÇÃO - Reprovada com 18 votos a favor, 32 contra e 18 abstenções.-----

IV - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - Reprovada com 14 votos a favor, 45 contra e 13 abstenções.-----

V - PROPOSTA SOBRE DEBATE PÚBLICO - Aprovada por unanimidade.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes dos documentos que se juntam sob os n.ºs 11 e 12. -----

PONTO 1

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento que em cumprimento do que dispõe a alínea e) nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (documento nº 13), não se tendo registado qualquer intervenção.-----

PONTO 2

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA C.M.V.C. E S.M.S.B.

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 28 de Março findo (doc.14) tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos seguintes deputados municipais:- António Rui Viana Fernandes da Ponte (doc.15), Luís Manuel Miranda Palma (doc.16), Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins, Aristides Martins de Sousa, Luís Filipe Oliveira Louro, Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira, Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins, Presidente da Câmara, Aristides Martins de Sousa, Presidente da Câmara.-----

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos.-----

- - - Seguidamente, foi submetida à votação a proposta da Câmara tendo sido aprovada por maioria com 49 votos a favor, 14 votos contra e 6 abstenções.-----

PONTO 3

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO XVII CONGRESSO DA ANMP

- - - O Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa apenas uma lista para a eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante

MANDATO 2005-2009



desta Assembleia Municipal, no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da circular nº 43/2007, de 30 de Março findo, da A.N.M.P., que foi designada por "LISTA A" (doc. que se junta sob o n.º17), com a seguinte constituição:- LISTA A - Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha - João Augusto do Rego São João. -----

De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 65 boletins de voto, tendo a única lista apresentada sido aprovada com 50 votos a favor, 4 brancos e 11 nulos. -----

PONTO 4

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE TRÂNSITO

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto. O Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa duas listas para a eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Trânsito, que foram designadas por "LISTA A" e "LISTA B" (doc.s que se juntam sob os nºs 18 e 19), com a seguinte constituição: - LISTA A - Deputado Municipal JOÃO CAMPOS SARDINHA; LISTA B - Presidente da Junta de Freguesia de Afife - MANUEL FERNANDO XAVIER MORAIS DO VALE. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 65 boletins de voto, pelos quais se verifica que 33 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 29 Deputados Municipais votaram na LISTA B, 2 votos são brancos e 1 voto é nulo. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", ficando, assim, eleito o Deputado Municipal João Campos Sardinha como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Trânsito.-----

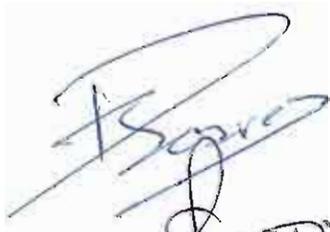
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - Encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa fixou nos termos do disposto no nº 6 do artº 84º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o artigo 55º do Regimento desta Assembleia um período de intervenção aberto ao público, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma. -----

- - - E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----



JINTO COSTA





26-04-2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

FOLHA DE PRESENCAS

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Armando Rodrigo Soares Pereira - PS	/	
Carlos Parente Antunes - PPD/PSD	/	
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS - S	S	
Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas - PPD/PSD	S	
Manuel Augusto de Jesus Lima - PS	/	
Maria de Fátima Simões Viana Bastos - PS	/	
Ivone da Silva Sousa da Costa Rocha - PPD/PSD	S	
Luís Manuel Miranda Palma - PS	/	
José Augusto Neiva de Sá - PPD/PSD	/	
Manuel Domingos Cunha da Silva - PS -	/	
Ana Rocha de Oliveira - CDU	/	
Paulo Jorge Araújo do Vale - PPD/PSD -	/	
Maria Adelaide Vieira Lousinha - PS	/	
Amândio Araújo Passos Silva - PS	/	
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro - PPD/PSD	/	
Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos - CDS/PP	/	
Maria Emília Magalhães Barbosa - PS	/	
Fernando António da Silva Marques - BE -	/	
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira - PPD/PSD	/	
Berta Maria de Sá Santos - PS	S	



26-04-2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Antero Augusto Martins Filgueiras - PPD/PSD			
Victor Manuel de Abreu Barbosa - PS			
Manuel Pinto Costa - PS	/		
António Rui Viana Fernandes da Ponte - CDU	/		
João Fernando Rodrigues da Cruz - PPD/PSD	/		
João Campos Sardinha - PS	/		
Artur Guilherme de Sousa Emílio - PPD/PSD			
Carla Alexandra Ribeiro Esteves Cerqueira - PS	S		
Aloísio Fernando da Costa Freitas - PS	/		
Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins - PPD/PSD -	/		
Maria Luísa de Sá Barbosa Novo Vaz - VNC	/		
Noé Martins da Rocha - PS - S	S		
Emanuel Araújo Miranda - PPD/PSD	/		
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela - PS	/		
Aristides Martins de Sousa - CDS/PP	/		
António Meira Gonçalves - PPD/PSD	/		
Fátima Cristina Brito de Melo - PS	/		
Rui Sá Afonso - CDU	/		
Luís Filipe de Oliveira Louro - BE	/		
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS	/		
João Pedro Cunha da Cruz - PPD/PSD	/		



26-04-2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

MEMBROS ELEITOS SUPLENTE	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)	/	
Joaquim Augusto Lopes Pinheiro (PS)	/	
Manuel Domingos Afonso de Miranda (PS)		
António da Costa Gorito (PS)	/	
Ilídio Matos de Carvalho (PS)	/	
Paula Ninotcha Martins Marques (PS)		
Luís Costa Marques (PS)		
Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)		
João Paulo da Costa Marinho (PSD)	/	
Domingos Miguéis Gonçalves Cachadinha (PSD)		
Miguel Angel Rodrigues Dominguez (PSD)		
Daniela Cláudia Barbosa Afonso Cerqueira (PSD)		
Ricardo Augusto da Fonte Parente (PSD)		
Pedro Alexandre Barros Amorim do Rego (PSD)		
Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP)		
Daniel Gomes de Amorim (CDS/PP)		
António Gonçalves da Silva (CDU)		
Augusto Manuel Alves Silva (CDU)		
António Joaquim Oliveira Santos Rodrigues (CDU)		
Sónia Maria da Silva Lajoso (VNC)		
Rafaela Sousa Coutinho de Almeida (VNC)		
Francisco Ribeiro Vaz (BE)		
Manuel Sá Mota (BE)		
Jorge Manuel Gomes Teixeira	/	



26-04-2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

PRESIDENTE DE JUNTA	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Manuel Fernando Xavier Morais do Vale - AFIFE	/	
Fernando Alberto Vilarinho Martins - ALVARÃES	/	
José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE		
Rogério Ramiro Silva Barreto - BARROSELAS	/	
Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS	/	
Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO		
Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO	/	
José Vieira Pires - CASTELO DE NEIVA	/	
José Filipe Penteado Ribeiro - CHAFÉ	/	
António Idalino Rodrigues Pereira - DEÃO		
Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE		
Artur Borlido Ribeiro - FREIXIEIRO DE SOUTELO		
Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA)	/	
José Augusto Oliveira Silva - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA)	/	
Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANHESES		
Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES	/	
Marsal da Silva Pereira - MEIXEDO	/	
Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA	/	
José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA	/	
Porfirio Neves Afonso - MUJÃES	/	



26-04-2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

António Pereira da Costa - NEIVA	/		
Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA	/		
Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO	/		
Rodolfo Rodrigues Parente - PERRE			
José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÁ	/		
Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO			
Augusto Eduardo Amorim Fernandes Soares - SERRELEIS	/		
Ilidio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA	/		
Joaquim da Cruz Araújo - TORRE	/		
António Ferreira Longarito - AREOSA			
Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE	/		
Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA	/		
Miguel Pita Carvalhosa - MONSERRATE	/		
Amadeu Moraes Bizarro - SANTA MARIA MAIOR	/		
Adolfo Rodrigues de Azevedo - VILA FRANCA			
António Dias dos Santos - VILA FRIA	/		
Filipe Mendes Costa - VILA MOU	/		
José Augusto do Rego São João - VILA NOVA DE ANHA	/		
António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE	/		
António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA	/		

RECOMENDAÇÃO

Os deputados municipais, eleitos pela lista do PSD apresentam, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do Art.º 28.º do Regimento desta Assembleia Municipal, a seguinte Recomendação à Câmara Municipal:

1. Considerando que está em curso um processo de requalificação urbana, nomeadamente na área conhecida como Campo d'Agonia, daí naturalmente resultará a indispensável necessidade de identificação das artérias resultantes de tais obras.
2. Considerando tal necessidade futura recomenda-se:
 - Atribuição do nome *ARTISTAS VIANENSES* a uma das novas artérias ora em construção no âmbito do projecto de requalificação do Campo d'Agonia ou em zona adjacente de igual dignidade.

Ao apresentarmos esta Recomendação fazêmo-lo porque entendemos que ao longo da História de Viana do Castelo são inúmeros os nomes que, independentemente da sua dimensão, deixaram o seu cunho, testemunho, marca, legado.

Porque não devemos ser injustos quer com o passado, quer com o presente, crendo tão somente que o Município de Viana do Castelo não lhes tem conferido o devido e merecido reconhecimento, apoio, incentivo e amplo empenho no panorama cultural formalizamos esta Recomendação, homenageando assim, todos, sem excepção.

Creemos que será um gesto de reconhecimento público - justo e merecido tributo -- a quem tanto nos tem dado e tão pouco ou quase nada nos tem pedido.

Viana do Castelo, 26 Abril de 2007

O Agrupamento Político do PSD



RECOMENDAÇÃO

1A

Os deputados municipais, eleitos pela lista do PSD apresentam, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do Art.º 28.º do Regimento desta Assembleia Municipal, a seguinte Recomendação à Câmara Municipal:

1. Considerando que está em curso um processo de requalificação urbana, nomeadamente na área conhecida como Campo d'Agonia, daí naturalmente resultará a indispensável necessidade de identificação das artérias resultantes de tais obras.
2. Considerando tal necessidade futura recomenda-se:
 - Atribuição do nome *ANTÓNIO ALVES DA CUNHA* à Alameda principal ora em construção no âmbito do projecto de requalificação do Campo d'Agonia ou em zona adjacente de igual dignidade.

Ao apresentarmos esta Recomendação fazêmo-lo porque entendemos – de resto na esteira daquilo que a Câmara Municipal já fez ao atribuir uma Medalha de Mérito – ser um elementar dever de cidadania homenagear e perpetuar o nome de um cidadão e empresário vianense, cuja figura, personalidade, mérito empresarial, amante da cultura e dedicação à causa pública foi e é amplamente reconhecida, pelos vários sectores da vida deste Município e deste País.

Por outro lado, num tempo e numa época em que tanto se busca os caminhos da inovação; se exalta os valores da criatividade; se apela ao génio empreendedor na afirmação do branding regional para o nacional e global, entendemos ser inteiramente justa esta Recomendação, face a um Homem que foi tudo isso em tempos absolutamente adversos.

Viana do Castelo nunca deverá esquecer a obra e dedicação de ANTÓNIO CUNHA que, com poucos meios mas com uma vontade e uma coragem infinita tanto fez por Viana do Castelo.

Creemos que será um gesto de reconhecimento público - justo e merecido tributo – a quem tanto nos deu e que tanto fez pelo nome de Viana do Castelo em Portugal e no estrangeiro.

Viana do Castelo, 26 Abril de 20

O Agrupamento Político do PSD



2

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

26- ABRIL - 2007

MOÇÃO

Considerando que todos os anos são anunciadas verbas de várias proveniências para investimento no distrito;

Considerando o desvio indevido de verbas dos anteriores QACs para as regiões mais desenvolvidas, desvirtuando a sua razão de ser;

Considerando que com a concentração, nas regiões mais desenvolvidas, do investimento dos três QACs anteriores se acentuou a situação gravíssima de atraso e desertificação do concelho e do distrito;

Considerando que o próximo QREN deverá ter necessariamente critérios que possibilitem o ressarcimento dos prejuízos até agora impostos ao distrito;

Considerando, segundo o Presidente da CCDRN, que a região Norte beneficiará no período de 2007 a 2013 de um apoio financeiro proveniente do Orçamento Comunitário de cerca de oito milhões de euros (ver Vida económica de 26 de Janeiro de 2007).

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo reunida em sessão ordinária em 26 de Abril de 2007, decide:

1. Solicitar ao Governo informação sobre as verbas do QREN atribuídas ao concelho de Viana do Castelo e distrito de Viana do Castelo;
2. Requerer ao Governo a criação de um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN no âmbito da NUT e da CCDRN representativos, entre outras das autarquias e das associações empresarias e sindicais;
3. Enviar esta Moção à Presidência da República, Primeiro Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comunicação Social

Viana do Castelo, 26/Abril/2007

O Agrupamento Político da CDU

3
PVS

Proposta de Recomendação

Os planos de urbanismo, sendo de pura actividade de planeamento, predominantemente estratégico, definem uma política de desenvolvimento, associada a uma componente operacional face ao tipo de problemas em presença, utilizando os recursos naturais e humanos, melhorando o equilíbrio ambiental e social.

A vantagem dos planos é colectiva, de interesse local, regional e por vezes nacional, compreendendo, fundamentalmente, disciplina na edificabilidade e preservação e melhoria dos valores urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais.

A extraordinária demora na elaboração, execução e aprovação do PDM por parte desta Câmara PS é nefasta aos interesses dos Municípios e dos cidadãos em geral. Assim como, é igualmente nefasta e democraticamente intolerável que esta Câmara ainda não tenha dito "preto no branco", a causa e os resultados de tantos pedidos de revisão, protestos, pedidos de alteração, solicitações por eventuais hipóteses de dualidades de critérios em casos semelhantes, etc, etc.

Perguntamos:

- Quais os verdadeiros números, quantificados, em nome individual, em conjunto, em nome de pessoas colectivas ou entidades organizadas?
- Já foram dadas respostas às pessoas que fizeram as solicitações conforme a lei determina? – Se foram dadas; - Quantas?

A grande quantidade de protestos e pedidos de alteração são o reflexo de um PDM sem estratégia, complexo e imperceptível, como Credenciados na matéria já o disseram, e, tal como o afirmaram, "o PDM põe nas mãos das pessoas da Câmara, o destino da população que vive em Viana do Castelo".

Temos cidade, vilas e aldeias. Todas têm os seus problemas. Quem tem o poder, tem de ter o poder de os resolver.

O que distingue a Cidade da aldeia, não é, nem a extensão, nem o volume. Há cidade sempre que a maioria dos habitantes passa a maior parte do tempo e desenvolve a parte principal da sua actividade no seu interior.

A cidade é sobretudo "espírito" segundo Spiengler; expressão de intercâmbio social e da conjugação dos esforços humanos, em todos os tempos, o melhor sinal geográfico da civilização:

(3)

2
AS

À Câmara de Viana do Castelo, falta-lhe tudo isto, e muito, muito mais.

Queremos edificabilidade com regras e com qualidade; queremos aparcamentos, mas não só a pagar; queremos polos aglutinadores de concentrações e de reuniões; de transeuntes; queremos vida com habitantes "dentro" da cidade; queremos a recuperação de zonas pobres e nobres e do casco histórico; queremos fluidez de trânsito; queremos a dinamização do Comércio, da indústria e dos serviços. Enfim, queremos "vida".

Por tudo isto que dissemos, sugerimos na "figura" de proposta de recomendação à Câmara Municipal, para que sejam incluídos no novo PDM, nos locais das freguesias mais aconselhados e de acordo com os respectivos autarcas, " Planos de Pormenor", para que se definam as áreas de maior desenvolvimento devidamente pormenorizados e com a indicação das infra estruturas.

É fundamental a elaboração de Planos de Pormenor.

Recomendamos à Câmara Municipal a elaboração no mais curto espaço de tempo o "Plano de Pormenor da Zona da Cadeia, englobando, evidentemente, o actual mercado, o horto e o Bairro da C.P. "É fundamental para a cidade "esta zona".

E já agora, com certeza que se existisse um plano de pormenor para a zona do fim da Rua da Bandeira/Continente, não "esbarraríamos visualmente" com a barreira arquitectónica em altura, nos terrenos da antiga central de camionagem, que na entrada principal da cidade "barra" o Monte de Sta Luzia.

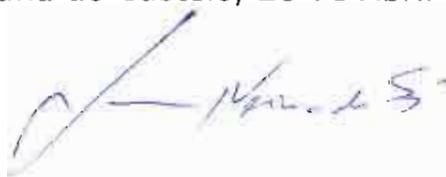
Os planos de pormenor deverão ser executados com determinados princípios:

O princípio da independência; o princípio da universalidade; o princípio do equilíbrio; o princípio da especificação; o princípio da coerência e o princípio da não consignação.

Os "Planos de Pormenor" deverão ser executados por empresas credíveis e com nome firme no actual mercado, sempre mediante concursos da especialidade e perante um júri a designar.

Para terminar, pensamos nós, que existe um Plano de Pormenor para a Zona da Praia Norte, elaborado pelo Senhor Arquitecto Henrique Carvalho. Assim sendo, perguntamos: - O que se passa com o referido Plano?

Viana do Castelo, 26 de Abril de 2007



PROPOSTA

1.- A Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro regula a criação, a competência e o funcionamento da Comissão de Crianças e Jovens em perigo e, visa, como se sabe, a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens por forma a garantir o seu bem estar e desenvolvimento integral, prevenir ou pôr termo a situações de perigo actual ou eminente para a vida ou integridade física.

2.- A cada passo temos conhecimento, pela comunicação social, de crianças e jovens em situação de perigo que acabam por perder a vida por falta de resposta adequada e pronta das entidades oficiais.

3.- A situação de crianças e jovens em perigo é questão que diz respeito à sociedade civil e desse problema, ninguém, de consciência, se deve apartar.

4.- A comissão de protecção de crianças e jovens em risco é composta por representantes de diversas entidades, entre elas, do Município e da Assembleia Municipal.

5.- A Comissão deve enviar, anualmente, até 31 de Janeiro de cada ano, à AM, o relatório de actividades e avaliação.

6.- Tanto quanto se sabe, a AM, apesar de estar representada na Comissão por quatro deputados municipais, não recebeu o dito relatório.

7.- Com excepção do P.C.P. que, na última reunião da AM deu conta das reuniões em que o seu representante participou, mais nada se sabe, oficialmente, dos trabalhos da dita Comissão, que serão, seguramente, muitos e de muita valia.

8.- Sabe-se que, no concelho, há algumas centenas de casos à espera de uma solução e que quando essa solução passa pelo Tribunal nem sempre a resposta vem em tempo útil.

9.- Se, como diz o poeta, "*as crianças, Senhor, são o melhor do mundo*", é tempo de olharmos por elas.

Assim,

Proponho à Mesa da Assembleia, na pessoa do seu Presidente, que promova um debate público, a exemplo daquele que se fez a propósito da ^{invenção voluntária da criança} ~~adoção~~, com os representantes da Comissão e se convide o Senhor Procurador da República por ser quem representa os interesses dos menores no Circulo Judicial de Viana do Castelo.

Viana do Castelo, 29 de Março de 2007.

Luisa Novo Vaz
Deputada Municipal
(Independente)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

26/ABRIL/2007

INTERVENÇÃO NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Exmª Vereação
Exmos. Senhores Deputados Municipais
Meus senhores e minhas senhoras

Temos aqui algumas questões que pretendemos colocar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e à consideração de todos nós.

SITUAÇÃO DO BAIRRO DA FELGUEIRA EM PERRE:

Na última sessão da Assembleia Municipal levantamos a situação de verdadeiro atentado á saúde pública que se vivia no Bairro da Felgueira em Perre. Comprovou-se a nossa preocupação. Passados poucos dias o empreiteiro passou a reparar todas as anomalias que eram muitas e a tratar da questão do saneamento. Ao contrário daquilo que aqui foi afirmado pelo Executivo, a gravidade da situação não era de uma habitação, mas de muitas habitações e a prova é que ainda hoje o empreiteiro lá se encontra a reparar.

O que levou a que o Sr. Presidente da Câmara se deslocasse ao referido Bairro no passado dia 17 do corrente mês, por sinal o mesmo dia em que elementos desta bancada, também se deslocaram ao referido Bairro.

É bom aceitar que quando as denúncias para situações graves são levantadas se trate de as reparar imediatamente.

Não pode passar sem reparo o facto de termos chamado a atenção que a técnica da Câmara que fiscalizou a obra estava de licença sem vencimento em 28 de Fevereiro, dia da Assembleia e que tenha regressado ao serviço, logo no dia 5 de Março.

OBRAS NA PONTE EIFFEL:

Na posse do dossier da memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra, muitas dúvidas começam a ser levantadas sobre os prazos de cumprimento da obra, para que a mesma esteja concluída na data prevista de finais de Outubro.

Como está prevista para os próximos dias uma reunião da Comissão de Acompanhamento das obras da Ponte, deste Assembleia, a posição da CDU será tomada no seio da mesma, que certamente em conjunto com as restantes forças políticas tomará uma decisão para transmitir aos órgãos próprios.

VISITA Á FREGUESIA DE VILA FRIA:

Uma delegação de eleitos locais da Assembleia de freguesia de Vila Fria e desta Assembleia da CDU esteve recentemente em Vila Fria onde procedeu ao levantamento de diversas situações, que nos parecem merecer a atenção do Executivo da Câmara e mesmo da Junta de Freguesia, aguardando resposta a um requerimento que foi apresentado à Câmara Municipal, para além de diligências feitas junto das Estradas de Portugal e da Sub- Região de Saúde sobre o Posto Médico.

LINHA DE ÁGUA DO RIBEIRO DO RIO CÔVO:

A CDU estranha o facto de não ter sido solicitado aos serviços competentes, da Divisão Sub-Regional do Minho e Lima, da CCDRN, os procedimentos requeridos por lei, sobre a implantação do conjunto comercial “Viana Retail Center”, na Vila de Darque, sobre uma linha de água, do Ribeiro do Rio Covo.

Aguardamos o esclarecimento de V.Ex^a sobre o assunto.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

A CDU congratulasse com a atribuição da Certificação de Qualidade dos Serviços Municipalizados. Serviços públicos de qualidade ao serviço dos cidadãos é o que todos pretendemos, daí a nossa satisfação. Um reparo aqui fica, que os Partidos da Oposição, designadamente a CDU não tenham sido convidados para a sessão de atribuição, quando anteriormente tinham sido convidados para a sessão da atribuição da

Certificação de Qualidade da Divisão Administrativa e Licenciamento de Obras Públicas.

DELEGAÇÃO DISTRITAL DA DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO:

Mais um serviço público se prepara para sair de Viana do Castelo. Desta feita é a Direcção Geral de Viação. Não está em causa a importância da Delegação Distrital desta Direcção em Viana, o que está em causa é a ameaça da retirada de mais um serviço público de Viana do Castelo.

ALARGAMENTO DA ACÇÃO DA PSP:

Comungamos das mesmas preocupações do Executivo Camarário, relativamente ao alargamento da acção da PSP, às restantes freguesias da cidade, sem contudo terem sido afectados mais meios humanos e logísticos, para um aumento de policiamento para mais 30 mil habitantes.

O que devia uma ser uma acção progressiva no tempo da passagem de responsabilidade, foi imediata, sem terem sido criadas novas condições, o que aliás também não espanta ninguém estas medidas, veja-se o caso das maternidades e as crianças a nascerem no caminho entre a residência e as novas maternidades.

PROGRAMA RECRIA:

A CDU apreciou o Programa que foi criado para recuperação de imóveis no Centro Histórico de Viana. Contudo não pode deixar de levantar para consideração de todos, situações graves que vão ocorrendo na nossa cidade em prédios devolutos, e que deram a notícia na imprensa regional com títulos como “Miséria numa cidade mudada pelo Polis” ou “Miséria e droga nas ruas do Centro Histórico”.

Pensamos que estas situações deverão ser tratadas nas Comissões de Rede Social, acabadas de formar. Mas devemos todos analisar quais os locais que mais necessidade têm da intervenção do Programa Recria, no nosso entendimento os imóveis em piores condições, e não aqueles de fácil resolução.

RESCISA - EN DETERMINADO

Deixamos uma pergunta ao executivo contrário o que se passa com a instalação das peças

- Nova consulta pública foi realizada sobre o pedido de licença ambiental
- Estranhamente veio um aviso num jornal ao nível dos anúncios classificativos para uma nova consulta
- Pelo menos existem ^{de novo} 5/6 paragens negativas
- Realizou-se também uma reunião c/a Gestivares e as organizações centrais à instalação com vista a uma negociação para a instalação da indústria de alumínio em Louçã - um protocolo ??
Tudo estranho

APONTAMENTOS RÁPIDOS:

A CDU congratula-se com a reabertura do Funicular de Santa Luzia.

Congratula-se ainda, com o início das obras de requalificação da Avenida do Atlântico, que há largos anos os seus moradores e responsáveis autarcas vinham solicitando.

Entendemos que o Executivo Camarário deveria informar quais os custos que vai realizar com as obras de adaptação dos interiores dos edifícios da Praça da Liberdade para a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia, atendendo a que os mesmos estavam em toco e se essas adaptações vão servir futuramente os novos inquilinos desses edifícios, ou se é para deitar abaixo e construir de novo no interior.

COMEMORAÇÕES DO 33º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL:

Deixei para o fim uma referência ao 25 de Abril, que ontem se comemorou.

Comemoramos de novo o 25 de Abril, agora que fez 33 anos. Viana do Castelo, não esqueceu esta data histórica para o Povo Português e participou nas diversas iniciativas que tiveram lugar nos últimos dias, apesar da chuva que caiu no dia 24 à noite.

A revolução do 25 de Abril foi um acontecimento de importância inquestionável, que não se vai voltar a repetir tal como aconteceu em 1974.

Foi numa madrugada de primavera que os jovens Capitães de Abril num gesto de corajosa generosidade despertaram em todos os anseios escondidos, as vontades caladas, por fim a esperança materializou-se.

No Portugal de Abril todos os valores eram possíveis, a liberdade não tinha barreiras e aquele povo que por tanto tempo só conheceu o amargo sabor da tirania, partiu à conquista das suas profundas aspirações, com o entusiasmo e a paixão de quem até então só vivera numa imensa prisão.

A revolução colocou finalmente o poder ao serviço de todo o povo e não só de alguns.

Conquistou-se o direito à educação, à saúde, à cultura, à justiça, à habitação, devolvendo o Estado à sua função desejada, a de ser o guardião dos direitos sociais. Os trabalhadores ganharam os seus direitos laborais: o direito à greve, à reforma, às férias

remuneradas, à estabilidade laboral, entre outras. Lançaram-se as bases para que todos se pudessem desenvolver plenamente como indivíduos e cidadãos.

Com o passar dos anos, a rotina democrática e as sucessivas desilusões com as políticas seguidas levaram a que esmorecesse o empenho popular inicial e a respectiva participação na vida activa, política e social.

A lição dos militares e do povo que em Abril de setenta e quatro, derrotaram quarenta e oito anos de fascismo tem que estar sempre presente.

Ao contrário do que ontem o Sr. Presidente da República referiu no seu discurso, que é necessário encontrar outras formas de comemorar o 25 de Abril, de inovar, o 25 de Abril não se inova, só existiu um, o de 25 de Abril de 1974 e é este que é necessário continuar a comemorar na rua.

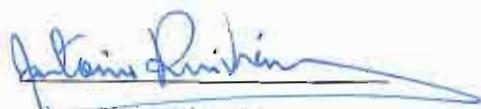
Os sonhos de ontem, são também os sonhos de hoje porque é possível um Portugal de progresso, de paz, de direitos sociais, de cultura. No fundo o Portugal da Revolução dos Cravos.

Viva o 25 de Abril Sempre.

Viana, 26/04/07

O Agrupamento Político da CDU

O Deputado Municipal



(Rui Viana)



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Vereadores

Deputados Municipais e Caros Colegas

Comunicação Social

No seguimento na minha ultima intervenção referente ao "malfadado" portinho de Mar de Castelo do Neiva (Pedra Alta), venho agora solicitar à digníssima Mesa de Assembleia aceite propor a votação esta moção para que uma vez aprovada, assim o espero, seja dado conhecimento às entidades competentes, nomeadamente ao Ministério da tutela, ao IPTM, ao Primeiro-Ministro e ao Governo Civil de Viana do Castelo.

Castelo do Neiva, 26 de Abril de 2007

O Presidente da Junta de Freguesia de Castelo do Neiva

José Vieira Pires



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Vereadores

Deputados Municipais e Caros Colegas

Comunicação Social

No seguimento na minha ultima intervenção referente ao "malfadado" portinho de Mar de Castelo do Neiva (Pedra Alta), venho agora solicitar à digníssima Mesa de Assembleia aceite propor a votação esta moção para que uma vez aprovada, assim o espero, seja dado conhecimento às entidades competentes, nomeadamente ao Ministério da tutela, ao IPTM, ao Primeiro-Ministro e ao Governo Civil de Viana do Castelo.

Perplexos que estamos, quer a Junta de Freguesia quer a comunidade piscatória com a falta de vontade politica que resulta na falta intenção de resolver aqueles que são efectivamente os problemas graves – erosão, falta de ordenamento e requalificação da zona abrangida, melhoria das condições do actual portinho de mar, melhoria das condições de armazenamento, quer do pescado quer dos apetrechos – manifestamos o nosso profundo desagrado.

Na tentativa de resolver este problema dirigimo-nos a várias entidades, algumas das quais se descolaram ao local, nomeadamente alguns Secretários de Estado, Governo Civil, Câmara Municipal e outras entidades que tutelam os portos de mar, todos eles se mostraram sensíveis aos problemas existentes e à notória falta de segurança quer para pescadores quer para residentes naquela zona, já que é bem visível o avanço do mar



sobre as dunas, pondo em risco as suas habitações, sem que isso no entanto tenha levado à resolução da situação.

Para além destas deslocações viu-se esta autarquia pressionada, pela comunidade piscatórias e pelos residentes daquela zona, a apresentar reclamações, por escrito, junto das entidades competentes nomeadamente através de vários ofícios, aos quais fomos recebendo respostas dos quais tomamos a liberdade de juntar cópias.

Salientamos o facto de algumas respostas e reuniões efectuadas, nos terem enchido de esperanças de vermos resolvida esta situação a curto prazo, chegando inclusive algumas respostas a delinear planeamento de fases para a intervenção a realizar, planeamento esse que a ter sido concretizado já teríamos as obras há muitos anos concluídas.

Malgrado todo este processo fomos mais recentemente desiludidos com a informação prestada ao requerimento apresentado pelo Deputado da Assembleia da República Onório Novo, que teve a amabilidade de nos dar conhecimento, da resposta que obteve do Gabinete do Ministério dos Assuntos Parlamentares.

Não podem as entidades competentes tomar decisões do tipo da que deram conhecimento ao referido deputado, depois de todo o historial deste processo e tendo em conta que a situação do portinho de Mar ficou desde início com graves problemas dada a defeituosa execução da obra em água, nomeadamente o rebentamento da pedra conhecida como "PEDRA DO CARREIRO ESTREITO" quando a pedra a rebentar deveria ter sido a conhecida por "PEDRA DO PALHURDINHO". Este grave erro de execução agravou em muito a segurança das entradas e saídas dos pescadores, fazendo-se nesta zona um aglomerado de pedregulhos e outros lixos que carecem de limpeza urgente.



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

Espera o Executivo da Junta de Freguesia de Castelo do Neiva não ver repetido nesta situação o velho ditado popular "casa roubada, trancas à porta" o mesmo que dizer que não seja preciso perderem-se vidas para que se faça algo em prol da melhoria das condições de trabalho da comunidade piscatória de Castelo do Neiva.

Face ao exposto apetece-nos perguntar quando poderemos começar a acreditar nas promessas dos políticos ou daqueles que têm legitimidade para tomar decisões.

Castelo do Neiva, 26 de Abril de 2007.

O presidente da Junta de Freguesia

(José Viera Pires)



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

Ex.mo. Senhor
Ministro da Defesa Nacional e do Mar

Castelo do Neiva, 11/12/2004

Nosso ref. 83-2004

Assunto: Envio de documentação sobre o Pontinho de Mar

Ex.mo. Senhor:

Vimos desta feita levar ao conhecimento de V. Ex.a o processo de reclamações antigas, de velhas aspirações, no sentido da melhoria das condições de trabalho dos pescadores de Castelo do Neiva, como é já do conhecimento do Exmo. Senhor Ministro foi esta comunidade piscatória visitada por uma delegação dos Portos de Mar e outro técnicos relacionados com a execução do projecto das obras a realizar. No entanto esta delegação que mais uma vez ouviu a autarquia e os pescadores só trazia nos sua intenções os trabalhos a desenrolar em terra, ou sejam os arranjos relativos a lota, armazéns de apetrechos, estacionamento e outra infra-estruturas que embora merecem toda a atenção, e que já estavam planeadas ha cerca de 4 anos, não se podem sobrepor ou fazer esquecer o velho problema do "Pontinho" a sua defeituosa concepção e o atraso nas obras de rectificação dos trabalhos que no entender dos pescadores foram mal executados. Estes Homens do Mar conhecem-no como



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

ninguém e continuam a reclamar o direito de serem ouvidos sobre um problema que lhes diz directamente respeito, que os faz sentir na pele todos os dias as agruras do que é entrar e sair para o mar.

Como V. Exa. Se poderá certificar estas aspirações já foram várias vezes expostas às mais variadas entidades e consistem essencialmente em repor alguns passos mal dados a quando da construção em causa e cuja resolução passaria por:

- Rebentamento da pedra conhecida por "Pedra do Palhordinho" (que inicialmente estava previsto no projecto e caderno de encargos para ser rebentada o que não veio a acontecer) tendo sido erradamente rebentada a pedra conhecida por "Pedra do Carreiro Estreito" – Estas pedras estão sinalizadas num dos mapas que anexamos, para que melhor possa analisar.
- Construção de um paredão com cerca de 4.50m de altura a construir de acordo com sinalização tracejado a preto no mapa que também anexamos.

Estas seriam as obras, relativamente simples, que no entender dos pescadores melhorariam de forma definitiva as suas precárias condições de trabalho. Desta forma o acesso ficaria definitivamente protegido das fortes corrente que se fazem sentir permanentemente nas entradas e saídas das embarcações, dada a total desprotecção do lado sul. Esta construção resolveria para além do problema da comunidade piscatória, o avanço do mar que se está a fazer sentir nas dunas, para sul, que está a pôr em risco casas habitadas e devidamente legalizadas, conforme fotografias anteriormente enviadas.



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

Na certeza de que V. Ex.a. tudo fará para que estas obras de extrema urgência, quer na parte de Terra (tratadas ontem dia 10/12/2004 pelos técnicos que estiveram no local). quer nestas que agora referimos.

Eu, na qualidade de Presidente da Junta e os representantes dos pescadores abordamos a questão da resolução dos trabalhos que temos vindo a reivindicar (e que já faziam parte do processo que anteriormente lhe entregamos) desde que as primeira obras foram executas no Mar, reafirmamos mal executadas, os técnicos ontem presentes informaram-nos que nada tinham a ver com as obras de possíveis correcções de forma a resolver o problema no Mar, assim solicitamos as necessárias diligências para que também estas obras se resolvam definitivamente.

Ficando inteiramente ao dispor de V. Exa. para todos os esclarecimentos que achar necessários, apresento os meus melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia


José Vieira Pires

Telem. 917526422



Senhor Secretário de Estado-Adjunto e das Pescas:

Assunto: Execução do Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Castelo Neiva, do concelho de Viana do Castelo.

EXCELÊNCIA:

Elaborado e calendarizado o Plano de Intervenções, referenciado em epígrafe, já no ido ano de 2001, pelo IMP - Instituto Martítimo-Portuário - cfr. doc. que se junta em anexo sob o nº1 - iniciadas e executadas algumas obras de mar, com respeito ao "portinho/quebramar" de Castelo de Neiva, a realidade é que decorrido, tanto tempo, o Plano de Intervenções previsto tarda em ser integralmente executado, e as obras de mar realizadas, tardam igualmente em ser reparadas e corrigidas. A saber:

a) a bacia de chegada e saída das embarcações continua fortemente assoareada;



b) a bacia de chegada e saída das embarcações carece, também, de limpeza dos pedregulhos que ainda aí se encontram depositados, que dificultam as manobras das embarcações, causando-lhes danos e constituindo um factor de insegurança;

c) por outro, a obra de mar prevista que implicava a destruição, por rebentamento, da pedra denominada "Palhordinho", não foi executada, sendo que erradamente fizeram rebentar a pedra do "Carreiro Estreito", que servia e funcionava de elemento de guarda e protecção à saída das embarcações;

d) a terceira fase do Plano de Intenções que prevê a execução das infra-estruturas complementares e de apoio ao "Portinho", nomeadamente a rampa de acesso e, pelo menos, a demolição e reconstrução da lota e dos armazéns envolventes, encontram-se por executar.

Desta inacção que se prolonga no tempo, já esta Junta de Freguesia deu conhecimento, em 15.02.02, ao Senhor Secretário de Estado dos Portos de Mar. - cfr. doc. que se junta em anexo sob o nº 2. Mas, sem sucesso.



Como V^aEx^a facilmente alcançará, são pequenas obras que necessitam de ser realizadas. Umas de correcção e outras a executar pela primeira vez, de acordo com um plano e projectos superiormente elaborados e aprovados.

Todavia, creia-nos, tais obras são de uma importância económica e social muito relevante. Quer para a classe piscatória, em particular, quer para toda a Freguesia de Castelo de Neiva, em geral. Trata-se da subsistência de um modo de vida tradicional, da pesca como actividade económica, com forte impacto no meio local.

Sem noticias da administração central desde, pelo menos, 15.02.02, e sem as obras projectadas, os meus paroquianos já desesperam. Gostaria de lhes poder anunciar que o nosso Governo, do nosso Portugal, irá definitivamente cumprir perante Castelo de Neiva as obras que prometeu e com que se comprometeu.

Senhor Secretário de Estado-Adjunto e das Pescas:

O pedido que em representação dos meus conterrâneos hoje lhe faço, é que o Governo de Portugal, o meu Governo, possa honrar, executando, o que se torna necessário para que o "Portinho" de Castelo



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

de Neiva continue a ser porto de abrigo dos homens do mar da minha freguesia e centro de uma actividade piscatória de relevante valor económico e social, a nível local. Queira V^aEx^a receber a esperança e a confiança que em si depositamos no cumprimento daquilo que é devido às gentes de Castelo de Neiva.

Castelo de Neiva, 18 de Fevereiro de 2004

O Presidente da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva,

(José Vieira Pires)

NB: Para qualquer contacto via telemóvel, p.f., marcar 9175264 22.



*Ex.mo Senhor
Secretário de Estado dos Portos de Mar*

Após a manifestação de descontentamento por parte da comunidade piscatória de Castelo do Neiva, da qual demos conhecimento a V. Ex^a há já praticamente um ano, e cuja resposta nos foi dada através do VI ofício n.º 08026 de 24.05.2001, cuja fotocópia se anexa, verificamos, que até à presente data, nada foi feito.

Como já foi referido, esta Junta de Freguesia tem vindo, ao longo dos últimos anos, a servir de porta-voz da Comunidade Piscatória de Castelo do Neiva.

Como é do conhecimento de V/Ex.a, temos vindo a reclamar junto do antigo Secretário de Estado dos Portos, bem como junto do Instituto Marítimo Portuário e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, a forma e conduta como têm sido efectuadas as obras no Portinho "quebra-mar", de Castelo do Neiva.

Está esta Junta perplexa depois de passado tanto tempo, e após termos recebido a vossa resposta em 24.05.2001, a qual de uma forma geral serviu para que pudéssemos acalmar e apaziguar os ânimos da comunidade piscatória - indignada por não ver qualquer avanço nos trabalhos de reparação há tanto tempo prometidos - e nem sequer nos ter sido dada qualquer informação acerca da previsão de execução dos mesmos, nem nos terem sido apresentados quaisquer projectos para as intervenções previstas em toda aquela zona piscatória.

Continuam a ser permanentes as reclamações junto desta Autarquia por parte dos Pescadores, homens que em meu entender deveriam ter sido sempre os primeiros a ser ouvidos em conjunto com a Junta de Freguesia, antes de se terem iniciado os trabalhos de protecção da costa, pois como é do conhecimento de todos, ninguém melhor do que eles, sabe o que é necessário fazer-se na área onde foram criados e vivem em permanente contacto com a realidade do mar.

Esta forma de não se ouvir /ou dar atenção as pessoas locais, só porque por vezes se têm medo de perder protagonismo, são na maior parte das vezes medidas mal tomadas e que em regra geral se tornam incomodas e onerosas para todos.

Pois como tenho vindo a fazer constar, para além dos grandes atrasos que se têm verificado na reparação e adaptação das obras já executadas, e nas obras a executar em toda aquela zona, continuamos a ser pressionados pelos Pescadores no sentido de que se as obras não forem reparadas e adaptadas convenientemente, os mesmos já nos comunicaram que irão protestar chamando para o efeito a Comunicação Social e passando esses protestos pela intenção de virem a boicotar as próximas eleições legislativas.

Inumeráveis têm sido as reclamações e intenções de protestos por parte dos Pescadores desta terra. Apesar de reconhecer em tais protestos, a razão de quem não tem condições de trabalhar em segurança, tenho conseguido apaziguar permanentemente essas mesmas reclamações. No entanto, e depois de tanto tempo sem obtermos qualquer resultado concreto, verifico não ter mais condições para defender a posição de quem têm deixado protelar, indefinidamente, obras prometidas e iniciadas há tanto tempo.

Como já anteriormente se tinha chamado a atenção, passo mais uma vez a descrever as reivindicações apresentadas pela Comunidade Piscatória, relativamente ao que foi mal executado, no entender da mesma e que consiste no seguinte:

A pedra chamada de "PALHORDINHO", estava prevista no projecto e caderno de encargos para ser rebentada e isso não aconteceu!.. em vez de se rebentar o "PALHORDINHO" rebentaram a pedra do "CARREIRO ESTREITO", o que veio piorar em muito as condições de entrada e saída dos Pescadores, pelo que dizem os Pescadores, homens



JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA

que conhecem a realidade do local, a pedra do **CARREIRO ESTREITO**, não deveria ser rebentada, mas sim alteada de forma a fazer protecção às embarcações.

Dado que estas situações não foram tidas em conta, têm vindo os Pescadores de Castelo do Neiva a fazer questão de que estas obras sejam estudadas em conjunto com técnicos e pescadores, para que consequentemente possam ser definitivamente reparadas, bem como executar a rampa de acesso, resolver urgentemente o problema do assoreamento e da limpeza da bacia de chegada e saída das embarcações, a qual se encontra repleta de pedregulhos em toda a sua extensão, causando graves danos nos cascos das embarcações, bem como dar início aos trabalhos da chamada terceira fase ou seja a demolição e reconstrução da Lota, a demolição e reconstrução dos armazéns em sítio adequado, sendo que nos foi dito que quando o projecto estivesse numa fase mais ou menos adiantada - o que se previa viesse a acontecer durante o ano de 2001 - o mesmo nos seria entregue para em conjunto com os Pescadores ser analisada a sua localização e as intervenções a efectuar.

Seria bom ter evitado descontentamentos tão acentuados como os que se estão a verificar e, sobretudo, evitar que tais protestos venham a ganhar proporções como as que acima já se mencionaram.

Uma vez que se trata da conclusão duma pequena obra destinada a melhorar as condições de segurança e vida dos Pescadores e a embelezar toda aquela área que se encontra extremamente degradada para uma zona como a que nos querem fazer crer, ser uma área de paisagem protegida, a qual carece de vários melhoramentos nos acessos e em toda a sua área.

Ficando á disposição de V/Ex.a, para qualquer esclarecimento adicional, aproveito para apresentar os melhores cumprimentos.

Para qualquer contacto o telefone mais fácil é :917526422.

Castelo do Neiva, 15.02.2002

O Presidente da Junta de Freguesia

José Vieira Pires

Nota: Com conhecimento ao:
Instituto Marítimo – Portuário
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo
Governador Civil de Viana do Castelo



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos do Mar

Ofº nº 113/SEAM – 25 JAN 2005

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração
do IPTM – Instituto Portuário dos
Transportes Marítimos
Dr. Eduardo da Silva Martins
Edifício Vasco da Gama
Rua General Gomes Araújo
1399-005 LISBOA

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

Assunto: **PORTINHO DE MAR DE CASTELO DE NEIVA**
PARECER SOBRE O OFÍCIO REF. 83/2004 DA JUNTA DE FREGUESIA

Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado para os Assuntos do Mar, de devolver a V. Exa. a Nota Técnica na qual exarou o seguinte despacho:

“Visto

Ao IPTM:

- 1) Para que prossiga com celeridade as intervenções referidas no ponto 4.*
- 2) Para que dê início aos estudos de quantificação das intervenções referidas no ponto 5.*

Dê-se conhecimento à Junta de Freguesia de Castelo de Neiva”

25-01-05

Ass) Nuno Fernandes Thomaz”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Nuno Sanches Osório

C/C: Junta Freguesia de Neiva

Anexo: O mencionado
MB



IPTM - Instituto Português e dos Transportes Marítimos

V1910
AO ZPTM :
1) PARA QUE PROSSIGA A
CRIAÇÃO DE AS INSTALAÇÕES
REPARADAS NO PONTO 4
2) PARA QUE SE INICIE A
ESTUPO DE QUANTIFICAÇÃO
INSTRUMENTOS REPARADOS /
PONTO 5

NOTA TÉCNICA

PORTINHO DE MAR DE CASTELO DE NEIVA

DE-SE CONTINUADO A
JUNTA DE FREGUESIA DE
CASTELO DE NEIVA

**QUESTÕES LEVANTADAS PELO OFÍCIO REFº 83/2004, DA JUNTA DE FREGUESIA DE
CASTELO DE NEIVA.**

25-01-05

SECRETÁRIO DE ESTADO PARA OS ASSUNTOS DO MAR
Nuno Fernandes Thomas

No sentido de ajudar à análise do Ofício da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva referido em título, informamos:

1. Junto à praia de Pedra Alta encontra-se instalado um portinho de pesca artesanal denominado de portinho de mar de Castelo de Neiva.
2. Para protecção e melhoria de operacionalidade dessas infra-estruturas, foram executadas diversas obras, designadamente:

Em 1981 - Instalação de um guincho eléctrico para facilitar a alagem de embarcações;

Em 1985 - Obras de protecção frontal da zona da lota, do tipo longitudinal aderente, construção de uma pequena rampa varadouro e remoção de rocha;

Em 1987 - Construção de um esporão a norte da rampa varadouro com cerca de 130 m;

Em 1988 - Obras de emergência de reparação da protecção frontal, numa extensão de cerca de 330 m;

Em 1989 - Construção de um esporão de protecção, a sul da rampa varadouro, numa extensão de 75 m, instalação de novo motor no guincho de alagem, com uma potência de 10 CV;

Em 1990 - Obras de reparação / reconstrução da protecção frontal e da rampa varadouro;

Em 1990 - Construção de um esporão na foz do Rio Neiva, com um comprimento de 160 m;

Em 2000 - Construção da empreitada de "Melhoramentos no Portinho de Pesca - 1ª e 2ª Fases", consistindo na construção de um quebra - mar destacado, com cerca de 250 m comprimento, sensivelmente paralelo à costa, fundado nas formações rochosas designadas por Pedra Alta, Longa Grande, Longa Pequena e Barronha. A obra foi complementada com quebramento de rocha e uma dragagem na zona frontal para melhoria do canal de navegação existente, habitualmente utilizado pelos pescadores.



IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

3. As intervenções descritas anteriormente, corresponderam a soluções técnicas que resultaram da análise das condições hidráulicas do local, da experiência de comportamento em situações idênticas e da auscultação de opiniões no local, através de reuniões com os pescadores e com os representantes autárquicos locais.
4. Neste momento, tem este IPTM em desenvolvimento um Plano de Intervenções para o local, com maior enfoque no ordenamento e na construção de infra-estruturas em terra.
5. As intervenções referidas no ofício em análise, da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva, preconizadas em nome dos pescadores, consistem, resumidamente, no quebramento de rocha na denominada "Pedra do Palhordinho" e na construção de um denominado e caracterizado "paredão com cerca de 4.50 m de altura".
6. O custo destas intervenções, poderá ascender a cerca de 100.000 Euros, a primeira, e a 1,5 milhões de Euros, a segunda, numa estimativa preliminar, a traço grosso e na ausência de elementos de quantificação mais rigorosos.
7. Considerando os custos envolvidos e as complexas características de hidráulica marinha e costeira do local, parece-nos que uma decisão sobre a respectiva execução deverá envolver os estudos adequados à respectiva e eventual implementação. Contudo, os trabalhos de quebramento da "Pedra do Palhordinho", por serem de envergadura mais pequena, poderão vir a ter um desenvolvimento mais célere, caso se conclua pela necessidade da respectiva execução.
8. Por fim, qualquer intervenção que venha a ser efectuada, terá que ter a aprovação do INAG, enquanto entidade jurisdicional no local, e do ICN, enquanto gestora da Rede Natura, em que está integrada a área em apreço.

DPGOP-Departamento de Projecto,
Ordenamento e Ambiente



Exm.º Senhor Presidente da
Junta de Freguesia de Castelo do Neiva
Av. Central, Lugar de Santiago
4900-052 Castelo do Neiva

S/ referência

S/ comunicação

N/ referência

Data

Proc.º :

OP.º n.º:

Assunto: Zona piscatória de Pedra Alta, em Castelo do Neiva

1. Realizada nova reunião no passado dia 28 de Dezembro, com a participação:

- do IPTM;
- da Junta de Freguesia de Castelo do Neiva;
- Representantes dos Pescadores,

conforme lista de participantes anexa.

2. Pretendia-se com a reunião apreciar as questões que haviam sido apresentadas pela Junta de Freguesia do Castelo do Neiva, conforme ofício dirigido a Sua Ex.ª o Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, datado de 11.12.2004.

3. Após a observação das condições locais, no plano de água e em terra, verificáveis na sequência das intervenções realizadas na construção do molhe destacado, o debate realizado teve em atenção a reflexão realizada, em 10.12.2004, sobre as condições de desenvolvimento do Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Pedra Alta, em Castelo do Neiva, a qual contou com a presença de representantes das entidades envolvidas na chamada Comissão Técnica de Acompanhamento do plano.

4. Atentas as questões referidas, foi possível estabelecer um consenso quanto às perspectivas de desenvolvimento das diferentes iniciativas nos termos que a seguir se enunciam:

- a) Relativamente ao Plano de Intervenções terrestres, acordou-se que as linhas de orientação estabelecidas na reunião realizada em 10-12-2004 constituem uma boa base

de trabalho para uma rápida definição das intervenções a realizar, as quais se tornam necessárias e prioritárias, no sentido de criar as melhores condições operacionais e de segurança para a actividade da comunidade piscatória local, que actualmente se apresentam bastante degradadas;

- b) Após estabilizado o Plano de Intervenções Terrestres, deverão ser avaliadas as condições de funcionamento do Portinho no plano de água, nomeadamente em termos das infraestruturas de abrigo, condições de segurança para as manobras de entrada e saída das embarcações, canal de acesso e abrigo e estacionamento das embarcações no Portinho;
- c) Para efeitos do previsto na alínea anterior, o IPTM desenvolverá estudo adequado, tendo presentes os estudos e projectos realizados na fase de construção do molhe destacado e monitorizando o comportamento hidrológico da zona do Portinho e das zonas costeiras adjacentes, a fim de definir as melhores soluções para as exigências de operacionalidade e de segurança das embarcações e dos pescadores.

Considerando o acordado, o IPTM deverá promover uma reunião de trabalho logo que seja elaborado o novo projecto para o Plano de Infraestruturas terrestres, a fim de acordar o seu desenvolvimento, por aprovação pela Comissão Técnica de Acompanhamento, na sequência da qual deverá o IPTM promover o estudo referido na alínea c) do ponto anterior.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração


Eduardo da Silva Martins

- ✓ C/C: Chefe de Gabinete SEAM
✓ Governador Civil de Viana do Castelo

Reunião realizada no passado dia 28 de Dezembro, na Zona piscatória de Pedra Alt
em Castelo do Neiva

LISTA DE PARTICIPANTES

INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS:

- Dr. Eduardo da Silva Martins (Presidente)
- Eng. António Mimoso (Administrador Delegado dos Portos do Norte)
- Eng. Manuel Felgueiras

JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO DO NEIVA:

- Sr. José Vieira Pires (Presidente)

REPRESENTANTES DOS PESCADORES:

- Sr. José Pires Figueiredo
- Sr. José Bonifácio Couto



IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

04273 19-04'04 12:11

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Viana do Castelo
Rua Cândido dos Reis

4901-877 Viana do Castelo

S/ referência

S/ comunicação

N/ referência

Procº :
Opº nº:

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO	
SEÇÃO EXPEDIENTE GERAL	
04.04.20	006321
O Funcionário.....	

Assunto: PLANO DE INTERVENÇÕES NA ZONA DA PEDRA ALTA EM CASTELO DO NEIVA

No seguimento da decisão tomada pelos Conselhos de Administração do IPTM, do INAG e do ICN, no sentido de se proceder à remoção das areias do tómbolo, foi solicitado ao projectista, que reformulasse a solução de arranjo geral constante no Relatório Preliminar do Plano de Intervenções, mantendo o seu conceito essencial, mas de forma a ser compatível com a configuração da costa após a sua remoção.

Nesse sentido o projectista apresentou uma planta síntese com a nova solução, definida com base nesse pressuposto, a qual anexamos, solicitando-se o vosso parecer dentro de um prazo desejável de um mês, admitindo-se que concordam com a solução, se até ao final do prazo indicado não for recebido neste Instituto qualquer comentário dessa entidade.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração

Eduardo da Silva Martins

Anexo: Desenho nº 0138-3.20-103 A da PROMAN

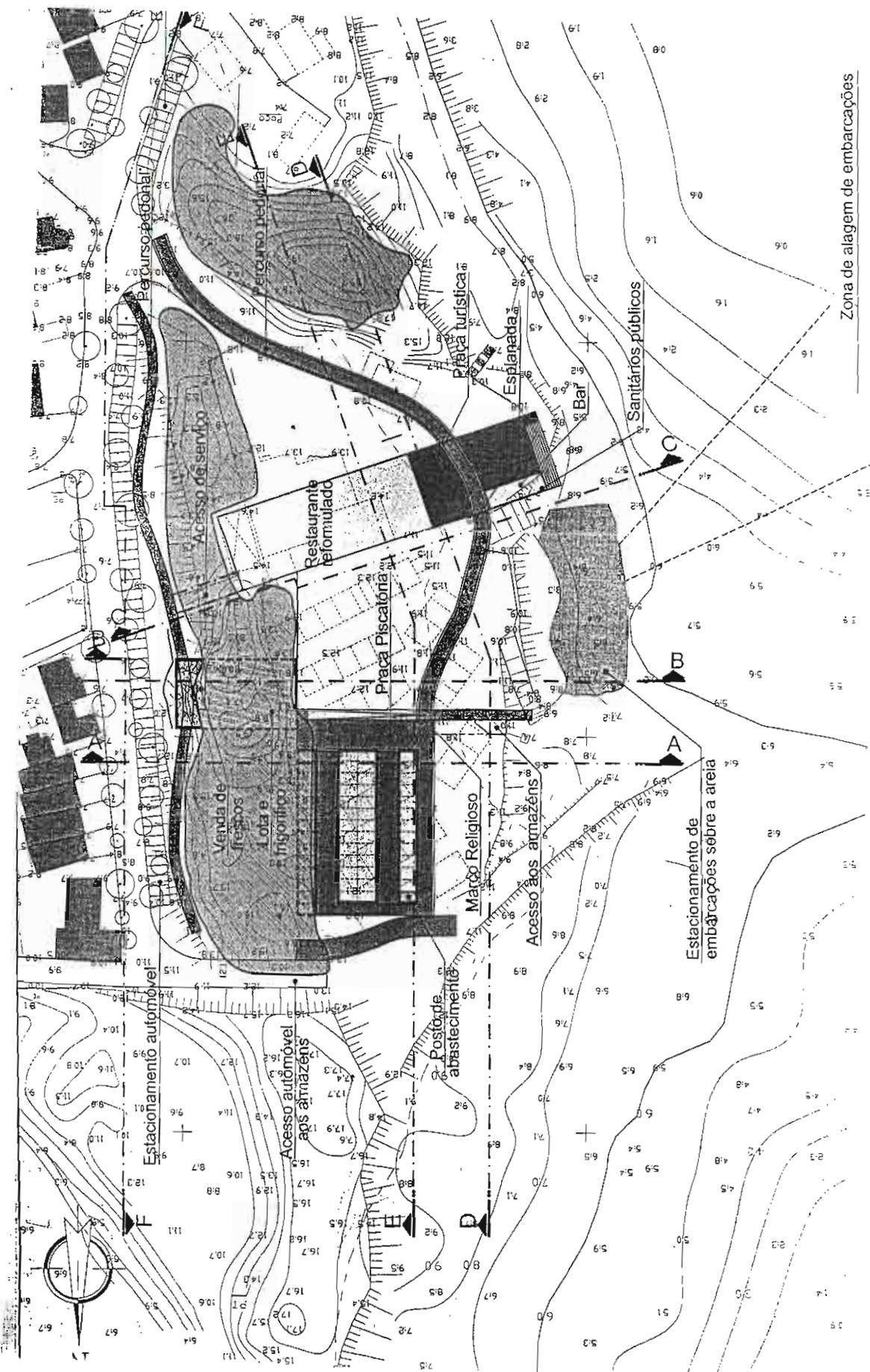
DPOA/JS-LS(03)

Edifício Vasca da Gama, Rua General Gornes Araújo, 1399-005 Lisboa
Telef. 21 391 45 00 • Fax 21 391 46 00 • <http://www.lmarpor.pt> • Email: lmcrpor@mail.telepac.pt

M-IPTM-02(0)

Informações sobre envio

Reg.	A.R.	E.M.	Azul	Cab.
------	------	------	------	------



Zona de alagem de embarcações



Exmº Senhor
Presidente da Junta de Freguesia de Castelo
de Neiva
Avenida Central - Lugar de Santiago
4900-052 Castelo de Neiva
Viana do Castelo

S/ referência S/ comunicação N/ referência Data
Procº :
OPº nº:

Assunto: Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Castelo e Neiva

Na sequência das preocupações manifestadas por V.Exª relativas às intervenções previstas para a zona piscatória de Pedra Alta em Castelo de Neiva, informa-se que foi aberto no passado mês de Março concurso público para a adjudicação da Elaboração do Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Pedra Alta, em Castelo de Neiva, encontrando-se as propostas apresentadas em fase final de análise.

Assim, prevê-se que a adjudicação e celebração do contrato escrito poderão ser concretizados no próximo mês de Junho e que o início da prestação de serviços se efective nesse mesmo mês ou, o mais, tardar, em Julho de 2001.

A prestação de serviços desenvolver-se-á nas fases referenciadas de seguida, apresentando-se uma estimativa do respectivo cronograma:

Fase 1 - Plano de Intervenções : Consistirá na elaboração de um plano de intervenções para a zona piscatória da Pedra Alta, visando o ordenamento, valorização e requalificação do aglomerado urbano e zona piscatória, a melhoria das infra-estruturas e instalações portuárias, a salvaguarda e recuperação das áreas de REN e DPM e o aproveitamento do potencial turístico local. Este plano integrará a definição das linhas gerais de ordenamento da UOPG - Zona Piscatória da Pedra Alta definida no POOC Caminha-Espinho, o estudo de uma solução de arranjo geral dessa zona e a definição de um programa de intervenções com identificação daquelas que se entendem prioritárias. Prevê-se que esta fase seja executada até ao final de Setembro do corrente ano, a qual deverá ser apreciada pelo IMP, IPN, DRAOT-Norte e INAG e, eventualmente, outras entidades, antes de se avançar para a fase seguinte.

Fase 2 - Estudo Prévio das infra-estruturas de apoio ao sector da pesca : Esta fase envolverá os estudos prévios de paisagismo, arquitectura e engenharia relativos às infra-estruturas e instalações terrestres de apoio ao sector da pesca, bem como o estudo prévio das obras marítimas relativas a este sector que se revelem necessárias. Para esta fase prevê-se um período de execução de cerca de 2 meses, pelo que a sua apresentação pelo consultor poderá ter lugar até ao final do corrente ano.

Fase 3 - Projectos de Execução das infra-estruturas de apoio ao sector da pesca : Nesta fase serão preparados os projectos de execução das intervenções em terra e de obras marítimas eventualmente necessárias, bem como os respectivos processos de concurso completos para o lançamento das empreitadas, para além do respectivo plano de segurança e saúde. Esta fase, a desenvolver após apreciação e aprovação da fase anterior, deverá estar concluída até finais do primeiro trimestre de 2002.

A menos que no decurso do estudo se conclua pela necessidade de intervenções de algum vulto, nomeadamente em termos de obras marítimas, que obriguem à realização de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e subsequente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), parece que os concursos para o lançamento das empreitadas associadas às intervenções a projectar no âmbito desta prestação de serviços poderão ser lançados no segundo trimestre de 2001. No caso de intervenções que eventualmente necessitem de ser objecto de um procedimento de AIA, o respectivo processo de adjudicação deverá sofrer um deferimento de cerca de três trimestres, atenta a necessidade de se ter ainda que elaborar também o EIA.

Nos termos de referência da presente prestação de serviços, que se juntam em ANEXO, é referenciada, nos princípios orientadores, a necessidade de análise, quer da evolução da configuração da linha de costa, que poderá estar associada ao problema do assoreamento levantado pelos pescadores, quer da problemática do quebramento de rocha anterior que parece não ter satisfeito essa comunidade piscatória.

É também solicitado que se avaliem as necessidades de obras marítimas (podendo envolver a modificação das existentes), face à evolução geomorfológica da costa e às condições de acesso e abrigo das embarcações, bem como se estudem soluções para a melhoria das condições de acesso e abrigo das embarcações, as quais, caso necessário, poderão resultar nos estudos prévios e posteriores projectos de execução de obras marítimas, a realizar no âmbito desta mesma prestação de serviços.

Estão igualmente contemplados nesta prestação de serviços os estudos de base e projectos de execução das infra-estruturas e instalações terrestres de apoio à actividade da pesca, onde se incluem, nomeadamente, a rampa de acesso, o edifício da lota e os armazéns reivindicados pela comunidade local.

De acordo com o clausulado do caderno de encargos, na elaboração dos estudos e projectos, o adjudicatário terá que contactar, obrigatoriamente, para além de outras entidades consideradas necessárias, o IPN, o INAG, a Câmara Municipal de Viana do Castelo e a Junta de Freguesia de Castelo de Neiva, pelo que parece estar garantida a auscultação da comunidade piscatória local no estudo das novas intervenções a projectar.

Tendo em conta, quer o conteúdo dos termos de referência, quer as exigências do caderno de encargos em termos das entidades a consultar, parece que a elaboração do Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Pedra Alta, em Castelo de Neiva permitirá o devido equacionamento das preocupações da comunidade piscatória de Castelo de Neiva, nomeadamente em termos de reparação de eventuais defeitos de obras anteriores e de projecto das instalações e infra-estruturas em falta.

Com os nossos melhores cumprimentos,

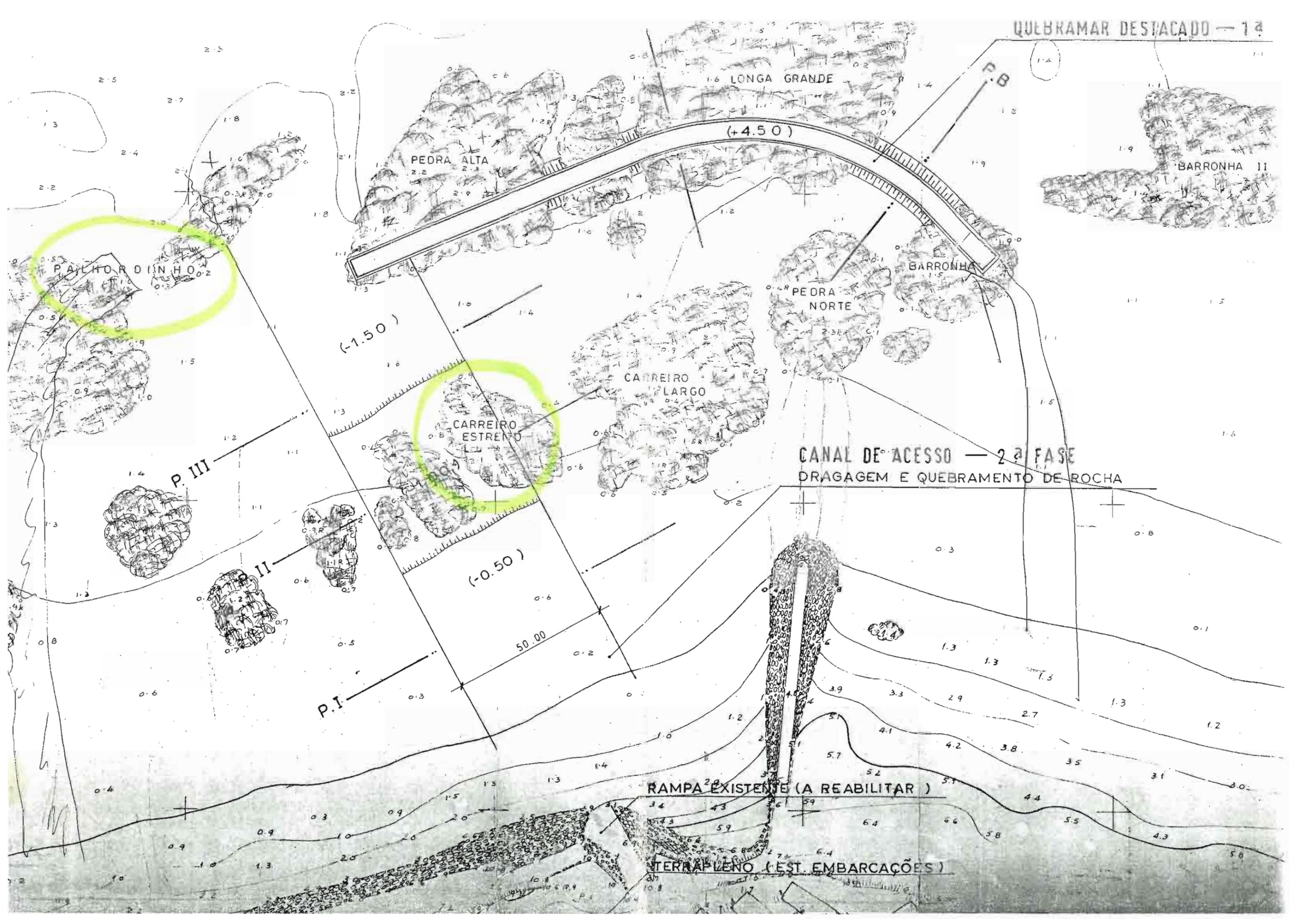
/ O Presidente do Conselho de Administração

(José Luís Forte)



DANIEL ESAGUY
Administrador

Anexo : Termos de Referência relativos à Elaboração do Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Pedra Alta, em Castelo de Neiva



(+4.50)

(-1.50)

(-0.50)

50.00

CANAL DE ACESSO — 2ª FASE
DRAGAGEM E QUEBRAMENTO DE ROCHA

RAMPA EXISTENTE (A REABILITAR)

TERRAPLENO (EST. EMBARCAÇÕES)

PAUHO D'INHO

PEDRA ALTA

CARREIRO LARGO

CARREIRO ESTRETO

PEDRA NORTE

BARRONHA

BARRONHA II

P. III

II

P. I.

P. B.

LONGA GRANDE

O ELEVADOR DE SANTA LUZIA

O Elevador de Santa Luzia voltou a funcionar.

Os vianenses e todos aqueles que nos visitam, voltam a apreciar a singular paisagem da foz do Lima, o imenso Atlântico e a nossa bela cidade que por eles é envolvida, enquanto sobem ao monte, no tão desejado Elevador que, finalmente, entrou em funcionamento, depois de prolongadas, minuciosas e difíceis obras de reabilitação.

Já o utilizamos.

Está obra alindada e perfeita .

Deleitamo-nos com a esplendorosa paisagem que a sua lenta subida nos vai proporcionando.

Como vianense devotado às coisas da sua terra, pensamos que o investimento camarário, que nos dizem avultado, foi bem aplicado.

Trata-se de mais um equipamento que vem enriquecer a cidade e que, provavelmente, poderia acabar nas coisas inúteis, como esteve prestes a acontecer com outro símbolo vianense que dá pelo nome de Gil Eanes. Não fora o empenhamento e decisão da nossa Câmara, mais precisamente do seu Presidente, e aquele emblemático património teria terminado a sua existência num ignorado sucateiro.

Mas voltemos ao Funicular.

Imobilizado desde 2001, e, sabe-se lá se definitivamente, apesar das contínuas lamentações dos vianenses e dos milhares de turistas que reclamavam a sua utilização, sentiu-se a Câmara Municipal na obrigação de intervir, conseguindo ao fim de laboriosas e prolongadas negociações com os Caminhos de Ferro Portugueses, então seus proprietários, adquirir aquele equipamento, dando início, de seguida, à empreitada da sua reabilitação.

Mais um Ex-libris da cidade devolvido aos vianenses.

A cidade exultou. Todos nos sentimos felizes.

Todos não!

Uma parte da oposição veio a terreiro, por não ter mais nada a que se agarrar, lamentar o atraso desta empreitada.

Podéria tê-lo evitado, se não quisesse intencionalmente, misturar a política com a técnica, adjectivando gratuitos epítetos à autarquia.

Em vão.

Com efeito, bastaria solicitar à empresa responsável pela Concepção/Recuperação do Funicular, a isentíssima EFACEC, o seu comunicado atempadamente divulgado em que justifica a compreensão para as dificuldades técnicas que foram encontrando,

especialmente a adaptação à altura disponível por baixo dos viadutos, factor que condicionou bastante o projecto das cabines e, sobretudo, o espaço disponível para o cruzamento das mesmas, obrigando à construção de novos freios de via, que impediram o cumprimento dos prazos estipulados.

Resolvidos estes problemas com outros condicionalismos se confrontou aquela empresa que se prendiam com a certificação dos subsistemas de segurança.

É que apesar do projecto ter sido previamente aprovado, como se depreende, foram feitas várias exigências, que custaram alterações significativas ao projecto inicial.

Foram duas as entidades ,altamente credenciadas, envolvidas na certificação, garantindo uma instalação ao nível do mais seguro que se fabrica actualmente na Europa.

Também nós Vianenses, comungamos das preocupações daquela empresa, porque entendemos que mais importante que celeridades gratuitas são a segurança das pessoas e também dos equipamentos.

Não deixemos que a pequenez ^{hp} de alguns leve a que, em lugar de termos orgulho nos vianenses bem sucedidos, os invejemos.

Viana do Castelo, 26/04/2007

Amândio Passos Silva

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal
Presidente da Câmara
Deputadas e Deputados Municipais
Senhoras e Senhores

Da Ilusão à Frustração

O ENGANO

A persistência quando gerida com bom senso, equilíbrio, respeito pelo outro e pelas normas instituídas é uma virtude, quando não respeita estes princípios, é teimosia, é “burrice”.

Desde os primeiros foguetes, o folclore, o barulho dos bombos, os almoços e jantares, a instalação do relógio, que o PSD é coerente no que diz respeito ao programa Pólis.

Saudámos a iniciativa, rejeitámos o modelo de gestão, fundamentalmente no que diz respeito à Parque-Expo e considerámos excessivo o interesse e peso imobiliários.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal não vou interpelar ou dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara, antes e somente, reflectir com os Senhores membros desta Assembleia Municipal sobre a responsabilidade deste órgão em todo o processo Pólis com incidência no caso concreto do “Prédio do Coutinho”.

Sempre denunciámos neste órgão o total servilismo dos membros do Partido Socialista, na defesa de um poder cego e autoritário, que encontra, no seu umbigo, resposta para o seu próprio ego.

Ora, o exercício do poder democrático, tal como foi pensado, contraria todos esses princípios. Quem ganha, tem o direito e dever de governar, respeitando sempre a oposição, os Órgãos, neste caso a Assembleia Municipal, que também tem deveres muito próprios, como fiscalizar.

O PSD, e não só, tem sido muito maltratado ao longo dos últimos anos de poder socialista. Em muitos momentos, fizemos sentir as nossas dúvidas e preocupações quanto ao futuro, fizemos eco da forma antidemocrática como somos considerados, apresentámos propostas que foram rejeitadas e ou ignoradas.

Infelizmente o tempo deu-nos razão, só que é muito tarde. Os danos estão causados, os prejuízos são elevados, o futuro está comprometido e quem tem de pagar é o erário público, são os vianenses.

O PSD fez desde o primeiro dia uma abordagem séria e responsável, propôs :- referendo; criação de grupos de acompanhamento; comissões de inquérito, para averiguar atempadamente do desenrolar do programa Pólis; manifestamos concordância em relação a uns e discordância em relação a outros planos de pormenor, pedimos esclarecimentos, mas, tudo nos foi rejeitado, por um Partido Socialista demasiado subserviente em relação ao poder e pouco democrático em

termos de discussão e transparência processuais.

Faltou sentido de serviço e interesse público; sobrou a arrogância política, faltou bom senso e exagerou na pressão social e política. Faltou um clima de responsabilidade com tudo o que isso pressupõe, porque a obsessão cega não foi boa conselheira, nem permitiu que a democracia fosse exercida, isto é que os outros partidos nesta Assembleia Municipal fossem ouvidos.

Foram feitas promessas, destruíram-se equipamentos, assumiram-se encargos, arruinaram-se famílias, em nome de quem?- com que segurança da viabilidade de atingir os objectivos pretendidos?- Quem recompensa aqueles que psicológica e materialmente foram vítimas? Uns não olharam a meios para atingir fins e os senhores membros da Assembleia Municipal deram total cobertura, e agora?

O relógio parou, o Senhor Presidente da Câmara num acto de desespero, mas também de despudor vem dizer em sua defesa que os prejuízos decorrentes da suspensão do processo de expropriação do Edifício Jardim são de 5.669.940.00 euros, custos fixos, mais 82.669.30 euros mensais destes, 34 mil euros mensais são de encargos de funcionamento.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista, V.Ex^{as} são co-responsáveis para com esta situação, assumam as vossas responsabilidades, peçam desculpa aos vianenses e digam quem paga e como o vão fazer.

-Vão vender os terrenos que expropriaram aos vianenses (na zona do parque da cidade) para pagar, com que critério e justiça?

-Vai a câmara pagar dos seus cofres, com euros provenientes dos impostos que os vianenses pagam?

-Vai o Governo suportar com euros dos Portugueses?

Ser humilde em democracia não é uma derrota, significa maturidade e respeito perante aqueles que lesamos, porque:- Persistir no erro argumentativo de justificar interesse público, pelos custos, no presente contexto, é o mesmo que chamar aos Vianenses “parolos ou ignorantes”

Senhoras e Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista, assumam as vossas responsabilidades políticas e os danos materiais e morais.

Assumam o contributo que deram para que esta Assembleia Municipal seja desconsiderada e desrespeitada.

Assumam a fuga à discussão política em matérias que condicionam o futuro da nossa terra.

Assumam que é fácil usar o voto de elementos desta Assembleia , para ter maiorias e ganhar votações, mas que isso nem sempre é o suficiente.

Promovam o ajuste de contas interno com quem é responsável por estas trapalhadas, mas, em nome da verdade, do respeito que os vianenses nos merecem, das regras democráticas, assumam nesta Assembleia que são co-responsáveis por uma política desastrosa e de fim imprevisível.

Quem é que vos enganou?- Nós sabemos.

CARLOS ANTUNES

26/04.07



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

E D I T A L

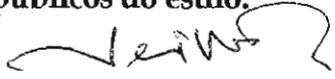
ARMANDO RODRIGO SOARES PEREIRA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia **26 de Abril** corrente (**Quinta-Feira**), com início pelas **21 horas**, realizar-se-á no **Castelo Santiago da Barra**, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.** INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
- 2.** APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA C.M.V.C. E S.M.S.B.;
- 3.** ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO XVII CONGRESSO DA ANMP

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu,  , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 30 de Março de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Soares'.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

EDITAL

ARMANDO RODRIGO SOARES PEREIRA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

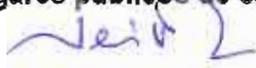
Faz público, que **foi aditado um ponto nº 4, à Ordem de Trabalhos** da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia 26 de Abril corrente (Quinta-feira), com início pelas 21 horas, no Castelo de Santiago da Barra, cidade de Viana do Castelo, com o seguinte teor:

ORDEM DE TRABALHOS

.....

4. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE TRÂNSITO.

Para **constar, se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.**

E eu, , **Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.**

Viana do Castelo, 13 de Abril de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,





Câmara Municipal de Viana do Castelo

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
26 de Abril de 2007

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

No período que decorreu desde a última sessão da Assembleia Municipal, três factos justificam destaque nesta informação:

- O início do funcionamento e apresentação à comunidade escolar do Jardim de Infância, bem como a reabilitação da Escola Básica do 1º ciclo que em conjunto integram o Centro Escolar da Meadela;

- A reabilitação do Funicular de Santa Luzia e o significativo sucesso dos primeiros dias de utilização por vianenses e forasteiros;

- A Certificação de Qualidade dos Serviços Municipalizados pela APCER, atestando a qualidade dos serviços que presta aos munícipes, na sequência, aliás, da Certificação de qualidade conseguida pelas Divisões Administrativas e de Licenciamento de Obras Particulares da Câmara Municipal.

Registo, também, para a visita do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, no Dia da Árvore, para observar no local o trabalho realizado pela autarquia na Montanha de Santa Luzia - limpeza e reflorestação de 6,7 hectares, com 6 mil árvores e o dobro de plantas arbustivas, além da hidro sementeira, para estabilização de taludes e reabilitação paisagística.

Referência, também, ao Dia Mundial da Água em que a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico e as Águas do Minho e Lima deram destaque ao conjunto de investimentos realizados ultimamente em Barroelas, para servir aquela freguesia e as freguesias limítrofes, tendo sido realizada uma palestra na Escola Básica do 2º e 3º ciclo e secundário seguida de visitas aos novos depósitos de água para abastecimento e à Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Na vertente social da intervenção da Autarquia, para actualização do Diagnóstico Social do Concelho e execução do Plano de Desenvolvimento Social, o Núcleo Executivo da Rede Social constitui o Conselho Local de Acção Social, nove Comissões Sociais Inter-Freguesias e seis Comissões Sociais de Freguesia, com envolvimento e participação activa das Juntas de Freguesia e agentes sociais, económicos, académicos, desportivos e culturais da respectiva cada área de intervenção.

Registo ainda para o desenvolvimento das obras da VianaPolis, (Campo d'Agonia e Parque da Cidade), das Águas do Minho e Lima, (Redes em alta de abastecimento de água e saneamento) e das da própria Câmara Municipal, (Av. Atlântico, Av. Afonso III, Av. Rocha Paris, Papanata, etc.)

Viana do Castelo, 23 de Abril de 2007

O Presidente da Câmara,

Defensor Oliveira Moura





Câmara Municipal de Viana do Castelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26.04.2007

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

PROCESSO- 345/97 TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso de Anulação
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Luís Martins Gigante
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. licenciamento loteamento
ESTADO ACTUAL- Decisão 1ª instância. Recurso improcedente.

PROCESSO- 970/00
ESPÉCIE- Recurso Contencioso de Anulação
AUTOR/RECORRENTE- José Saraiva e Prata
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. licenciamento obras
ESTADO ACTUAL- Julgamento

PROCESSO- 2746/03 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Manuel António Martins Gonçalves
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos em edifício. Obra parque estacionamento Avenida dos Combatentes.
ESTADO ACTUAL- Julgamento

PROCESSO- 1080/02 – 3º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Maria de Lurdes Parente Marques
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 Ver. Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 31/96 – 1º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- António Victor Gonçalves da Silva
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação 31/10/1995.
ESTADO ACTUAL- Desceu à 1ª instância p/ novo julgamento. Aguarda sentença



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 379/01 – 1º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- João António Fernandes Silva Dias e outros
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 13/02/2001. Concurso de pessoal
ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente. Recurso TCA

PROCESSO- 401/01 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Damião Rites
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e águas.
ESTADO ACTUAL- Acção improcedente. Recurso Tribunal Relação Guimarães

PROCESSO- 777/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Maria Glória Vaz Sousa e marido
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 Ver. Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e reivindicação.
ESTADO ACTUAL- Acção improcedente. Recurso Tribunal da Relação

PROCESSO- 823/01 – 4º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, autarcas desde 1989 e funcionários municipais
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização.
ESTADO ACTUAL- Suspensa instância. Condicionada à decisão do 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

PROCESSO- 395/97 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Agostinho de Jesus Parente Soares Ribeiro e Outro
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002. Concurso de pessoal
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA. Aguarda decisão



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 684/02. 3º Juiz TAC Porto
ESPÉCIE- Acção Popular p/ reconhecimento de direito ou interesse legalmente protegido
AUTOR/RECORRENTE- Maria Irene Fernandes Pequito carvalho Rego e outro
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Vrs pedidos relacionados c/ aplicação do PUC em Areosa
ESTADO ACTUAL- Aguarda despacho saneador

PROCESSO- 180/99 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Maria Lurdes Rodrigues Vieira
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Obra Escola Primária S. Romão do Neiva
ESTADO ACTUAL- Suspenso por óbito da autora

PROCESSO- 385/2000 – 4º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- David Manuel Borlido Lopes e Mulher
REU/RECORRIDO- Outro e Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Defeitos de construção
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 461/99 e 512/99 – TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Gasilima - Distribuição de Gás Combustíveis e Lubrificantes Lda.
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

PROCESSO- 1135/02 – TAF Porto
ESPÉCIE- Acção Popular (recurso Contencioso)
AUTOR/RECORRENTE- Associação Empresarial de Viana do Castelo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente 1ª instância

PROCESSO- 1140/02 – 5º Juizo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Maria Graziela Gonçalves de Carvalho Lima
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional Pessoal
ESTADO ACTUAL- Concluído.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 3408/03 – 2º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Graziela Barros Araújo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos causados em veículo obra saneamento
ESTADO ACTUAL- Designada audiência preliminar

PROCESSO- 1112/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despachos Ver. Área Funcional PGU
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso STA

PROCESSO- 401/2000 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Parque Recreativo do Lima
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Demolição de edifício e reconstrução ringue patinagem
ESTADO ACTUAL- Desceu à 1ª instância para novo julgamento.

PROCESSO- 1420/04 – 2º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- António de Araújo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 761/04.8BEBRG – TAF Braga
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Anulação Acto Administrativo
AUTOR/RECORRENTE- Fernando Alberto Santos Gomes e Outro
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional PGU
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 506/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum Sumarissima
AUTOR/RECORRENTE- Vitor Jorge Dias Balinha
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação obras saneamento
ESTADO ACTUAL- Contestação



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 3267/04.1TBVCT – 1º J.C.

ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário

AUTOR/RECORRENTE- António Luis Costa P. M. Faria Araújo e Outros

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Declaração propriedade prédio, restituição e indemnização

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 21219/04.0TBVCT – 1º J.C.

ESPÉCIE- Expropriação

AUTOR/RECORRENTE- Maria Júlia Santos

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Expropriação eixo transversal areosa – 2ª fase

ESTADO ACTUAL- Recurso acordo árbitros

PROCESSO- 77/05.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1

ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Granimármore S.A.

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho cessação actividade Vereador P.G.U.

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1044/04.9 BEBRG U.O.2 TAF Braga

ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia – Transportes Colectivos Viana do Castelo Lda.

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Colectivos Passageiros

ESTADO ACTUAL- Desistência da Autora. Concluído

PROCESSO- 484/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 1

ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Horácio Joaquim Bacelar e Faria

REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Câmara processo disciplinar

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1612/05. 1TBVCT – 4º Juízo Cível TJVC

ESPÉCIE- Expropriação

AUTOR/RECORRENTE- Manuel da Rocha Lourenço

REU/RECORRIDO- Acórdão arbitral

OBJECTO/PEDIDO- Indemnização expropriação arruamento paralelo E.N.13 / Praia Norte.

ESTADO ACTUAL- Concluído. Recurso parcialmente procedente



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 1059/04.7BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Maria Isabel Ribeiro de Abreu Bacelar Cabido e Outros
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho determinação Obras
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1110/05.3BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Antonino da Silva Antunes e Outros
REU/RECORRIDO- Estado
CONTRA-INTERESSADOS-Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Oposição

PROCESSO- 1083/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos e Outros
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;b)Suspensão eficácia declaração urgência expropriação Edifício Jardim;
c)Suspensão eficácia Plano Pormenor Centro Histórico na parte implantação Edifício Jardim.
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª instância

PROCESSO- 1123/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum-Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Transportadora Senhora Da Graça, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1191/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum-Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- VianaBurger Restauração, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização despejo fracção sem licença de utilização
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1312/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.2
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Abilio Gonçalves Teixeira e Outros



Câmara Municipal de Viana do Castelo

REU/RECORRIDO- Estado Português
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- a) Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;
ESTADO ACTUAL- Oposição

PROCESSO- 1323/04.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Pereiras & Ribeiro, S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto liquidação T.I.U.
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 604/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa comum - forma sumária
AUTOR/RECORRENTE- Ilda Maria Duarte de Miranda
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 747/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- António Pais Matos Reis
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação processo disciplinar
ESTADO ACTUAL- Alegações

PROCESSO- 936/05.2BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Maria Olinda Fernandes Lopes Alves Pereira
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho licenciamento obras
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 219/06.0BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto administrativo embargo
ESTADO ACTUAL- Contestação



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 1281/05.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.

ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia-Transportes Colectivos de Viana do Castelo Lda

REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Passageiros

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1204/05.5BEBRG – TAF Braga U.O.

ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Antonino Silva Antunes (e outros)

REU/RECORRIDO- Ministério Ambiente, Ord. Território e Desenv. Regional

CONTRA-INTERESSADOS- Municipio de Viana do Castelo e outros

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edificio Jardim

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1343/05.2 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.

ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos (e outros)

REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edificio Jardim

ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1354/05.8 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.

ESPÉCIE- Processo cautelar

AUTOR/RECORRENTE- José Joaquim Alves (e outros)

REU/RECORRIDO- Estado Português

Contra-Interessado- Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edificio Jardim

ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão

PROCESSO- 89/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.

ESPÉCIE- Acção administrativa comum – Forma ordinária

AUTOR/RECORRENTE- Orlando José Fonseca da Silva e Carmo

REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Indemnização. Queda ramo de árvore em veículo

ESTADO ACTUAL- Aguarda despacho saneador

PROCESSO- 444/06.4BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.

ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum - Sumária

AUTOR/RECORRENTE- José Barbosa Viana

REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Reposição na carreira

ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente. Recurso 2ª instância



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 1504/06.7.TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Luís Filipe Vieira Santos
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Restituição de prédio e indemnização
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 641/06.2BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- António Carlos Rodrigues Ribeiro
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. Licenciamento
ESTADO ACTUAL- Acção improcedente.

PROCESSO- 2017/06.2TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Patrícia Domingues Pereira
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização danos inundação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 134/06.8BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento estufas
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 813/06.0BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Alves Lousinha
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 502/05.2BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Mário João Ribeiro Gomes e outro
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento de construção
ESTADO ACTUAL- Contestação



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 977/06.2BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa comum forma ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Transcomarfe – Transportes Lda.
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 813/06.0BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Alves Lousinha
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 962/06.4BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Processo cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Armanda Estrela Oliveira Martins Elíseo
REU/RECORRIDO- Secretário Estado Adjunto Administração Local
CONTRA-INTERESSADO- Municipio Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão declaração utilidade pública expropriação
ESTADO ACTUAL- Oposição

PROCESSO- 916/06.0BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Processo cautelar
AUTOR/RECORRENTE- José Marçal Gonçalves Teixeira (e outro)
REU/RECORRIDO- Presidente Instituto Português do Património
CONTRA-INTERESSADO- Municipio Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão licenças, alvarás, concursos ou actos administrativos pertinentes às operações de demolição do edificio jardim e construção do mercado municipal de Viana do Castelo até à conclusão do processo de classificação da Capela das Almas
ESTADO ACTUAL- Oposição

PROCESSO- 562/05.6BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento de construção
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1243/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum forma sumária
AUTOR/RECORRENTE- Alberto Alfredo Sá Lourenço
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Contestação



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 655/05.0BEBRG – TAF Braga 3ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação fiscal
AUTOR/RECORRENTE- José António Rei Ramos Amorim
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação liquidação taxas infra-estruturas urbanísticas
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1047/05.6BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- José Marçal Gonçalves Teixeira
REU/RECORRIDO- Presidente Instituto Português Património
CONTRA-INTERESSADO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Intimação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 3678/06.8TBVCT – TJ Viana do Castelo 4º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Carlos Alberto Miranda de Oliveira
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1467/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem remoção antena comunicações móveis
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 1582/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. intenção de ordenar reposição terreno
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO- 87/07.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Processo cautelar
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia embargo
ESTADO ACTUAL- Oposição



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 87/07.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação embargo
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO-654/05.1BBERG
ESPÉCIE -Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Aurora Luísa Ferreira Salgado Cadeco
REU/RECORRIDO -Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO -Impugnação Fiscal
ESTADO ACTUAL- Contestação

PROCESSO – 324/07.6BEBRG – U.O.1
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericson Telecomunicações, Lda.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Renovação Antena (Santa Maria G. Lima))
ESTADO ACTUAL - Oposição

PROCESSO – 417/07.OBEBRG – 2ª U.O. – TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Especial Impugnação Acto Administrativo
AUTOR/RECORRENTE – José Henrique Guimarães salgado Zenha
REU/RECORRIDO - Município de Viana do Castelo
Contra-Interessado- Manuel Maria Gomes e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Anulação Despacho Realização Obras de Conservação
ESTADO ACTUAL – Contestação

PROCESSO – 418/07.8BEBRG – 2ª U.O. TAF Braga
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – José Henrique Guimarães Salgado Zenha
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
Contra Interessado – Manuel Maria Gomes e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão da Eficácia da Realização Obras
ESTADO ACTUAL – Oposição

PROCESSO – 406/07.4 BEBRG
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericsson Telecomunicações, Lda.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Remoção Antena – Santa Maria Maior
ESTADO ACTUAL – Oposição



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO – 512/07.5BEBRG – U.O.2 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Determinou Remoção Infra-Estruturas
ESTADO ACTUAL – Contestação

PROCESSO – 510/07.9 BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Manuel Alves Rodrigues e Outros
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
Contra – Interessada – Olívia de Sousa Viana Manso e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Acto A. Arquitectura.

Viana do Castelo, 26 de Abril de 2007

O Chefe da Divisão Jurídica



Daniel Magalhães



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Execução Orçamental Ano 2007

Período - 2006 / 01 / 02 a 2006 / 04 / 24

Unidade: €uro

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
13.350.519,98€	12.750.706,33€	21,99%	8.677.178,83€

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego



Câmara Municipal de Viana do Castelo



Divisão Administrativa
Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
da Câmara Municipal de Viana do Castelo

CERTIDÃO

- - - ESTRELA MARIA PASSOS DA SILVA ROCHA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA A ASSEGURAR FUNÇÕES DE CHEFE DE SECÇÃO DE ACTAS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: - - - - -

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia vinte e oito de Março do corrente ano consta a seguinte deliberação:- - - - -

- - - (10) DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA C.M.V.C. E S.M.S.B: - ○

Presidente da Câmara começou por fazer a apresentação dos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Viana do Castelo, realçando os aspectos mais relevantes do respectivo Relatório de Actividades, nomeadamente o facto de o montante da despesa executada de 52 milhões de euros ser o mais elevado de sempre e corresponder a uma execução de 81% do programado. Referiu ainda o significativo aumento das receitas próprias do município e a redução das despesas de funcionamento, apesar dos inevitáveis acréscimos com os combustíveis, com os transportes escolares e com o pessoal, onde se reduziu em 20% a despesa com trabalho extraordinário. O Presidente registou, também, o aumento de 26% do investimento directo da Autarquia e o aumento das transferências para as Juntas de Freguesias, bem como o forte investimento privado, no comércio e na indústria, como bons sintomas da actividade económica do município, da confiança dos investidores no seu desenvolvimento.. Concluída a apresentação, o vereador Carvalho Martins teceu vários comentários ao referido documento salientando alguns aspectos que considerou mais importantes. Seguidamente o vereador Vitor Lemos, na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, fez por sua vez a apresentação das contas e relatório destes Serviços, na sequência do que, e também pelo vereador Carvalho Martins, foram tecidos vários comentários. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo-se registado o seguinte resultado: 6 votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores Flora Passos Silva, José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre e Ana Margarida Silva, 3 abstenções dos Vereadores Carvalho Martins, Mário Guimarães e Patrício Rocha., pelo que foram os mesmos aprovados por maioria. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e



Câmara Municipal de Viana do Castelo



Divisão Administrativa
Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
da Câmara Municipal de Viana do Castelo

mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 64º, número 2, alínea e), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e no artigo 9º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, José Maria Costa, Vítor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Carvalho Martins, Mário Guimarães e Patrício Rocha. Por último foi apresentada, pelos vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD: Os vereadores do PSD votam pela abstenção o relatório e contas quer da Câmara, quer dos serviços municipalizados, pelas seguintes razões: 1 - O relatório espelha a actividade da Câmara Municipal diria da maioria da Câmara Municipal. Espelha a estratégia da Maioria. Espelha a estratégia da maioria para 4 anos. Espelha as opções anuais. Esta não seria a nossa estratégia, nem as nossas opções anuais. Já o dissemos várias vezes mas é sempre bom repetir para os vianenses saberem que o caminho do PSD era diferente e cada vez mais convictos que era melhor. Era o caminho da Viana competitiva da Viana liderante. Do repovoamento da cidade, da discriminação positiva, do acabar com a derrama em 4 anos, da redução da taxa do IMI, do papel estratégico do rio, mar, montanha e as suas combinações, do monte de Stª. Luzia , dos desportos náuticos, do crescimento significativo de verbas para as freguesias com acréscimos de competências. Era um caminho diferente. Mas não espelhando a nossa estratégia, espelha a actividade da maioria da Câmara, que tem aspectos pontuais fundamentalmente na área social, como aliás é referido no relatório. As contas são o espelho das opções traduzidas em números. Os números têm também aspectos positivos e que queremos realçar como p.e. a redução do peso da despesa corrente na despesa total que baixa 1.8% e fica abaixo dos 50% que sendo irrelevantes pode definir um caminho que como já o dissemos várias vezes é fundamental percorrer que é redução do peso da despesa corrente, na despesa total. Há aspectos negativos, como p.e., o crescimento das dívidas a fornecedores e do passivo a médio e longo prazo. Há aumento na rubrica de investimentos, mas também o grau de execução só atingiu 65.4% e a despesa corrente 95.4%. É penas que não seja o inverso. Tecnicamente, pensamos que está bem elaborado e que os movimentos financeiros descritos correspondem à realidade. Por isso a



Câmara Municipal de Viana do Castelo



Divisão Administrativa
Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
da Câmara Municipal de Viana do Castelo

3

nossa abstenção. No final o Presidente registou a sua satisfação com o voto da Oposição que traduz, indubitavelmente, o reconhecimento do bom trabalho feito pela Autarquia em 2006, no cumprimento do programa aprovado pela Assembleia Municipal e pelos munícipes vianenses.

--- **Está conforme o original.** -----

-- **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** -----

--- **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e seis de Abril do ano dois mil e sete.** -----

Esteban Faive Passos de Silva Rocha

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL de VIANA DO CASTELO****26 de Abril de 2006****RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO DE 2006**

Como temos repetidamente afirmado, também o Relatório de Actividades e Prestação de Contas de 2006, elaborado de acordo com o POCAL, continua a constituir um documento hermético, de difícil leitura para o comum dos cidadãos vieneses e, segundo pensamos, para a maioria dos senhores deputados municipais.

Para o tornar legível a quem tem por obrigação fazer uma apreciação sobretudo política da actividade anual da Câmara, bastaria que o Relatório de Actividades e Prestação de Contas incorporasse um mapa das grandes opções do plano idêntico ao que normalmente integra os Planos de Actividades e Orçamento e que nele fossem registadas as verbas inicialmente orçamentadas, as alterações ao longo do ano aprovadas e o valor das verbas efectivamente executadas em cada uma das rubricas assinaladas e a Câmara explicitasse claramente quais as metas que se tinha proposto alcançar e as razões pelas quais as terá ou não conseguido atingir. E tal metodologia supomos que em nada comprometeria os procedimentos contabilísticos impostos pelo POCAL.

Da leitura do mapa resumo da execução da receita e da despesa, apesar dos cortes verificados no Plano de Actividades para 2006 de 401.516 € nas Taxas, Multas e outras Penalidades e de 1.425.229 € nas Transferências de Capital relativamente ao de 2005, verificamos que tais cortes deveriam ter sido mais arrojados e extensivos a outras rubricas de forma a tornar o Plano de Actividades menos demagógico. Na verdade, se se regista com agrado que as receitas correntes ultrapassam tangencialmente os quantitativos orçamentos (105%), regista-se, com pesar, que todas as rubricas das receitas de capital ficaram mais uma vez excessivamente longe dos quantitativos propostos, não chegando a metade do orçamentado (49,8%).

É de salientar que, numa época de constrangimentos financeiros, o que tem havido, contrariamente à tese do Executivo Camarário de que “houve uma suspensão transitória do habitual aumento das transferências regulares da Administração Central – Fundo Geral, Fundo de Coesão e Fundo de Base Municipal”, é um grande desajuste entre aquilo a que se sabe ter acesso e o que efectivamente se orçamenta.

É de salientar, como facto positivo, o aumento das receitas próprias.

Porém, o especial registo referido pelo Executivo no que respeita ao Imposto Municipal de Imóveis, do montante de 6 855 000 €, coloca a questão da necessidade da redução da taxa a aplicar a quem tem as suas habitações com um rendimento colectável actualizado, como por várias vezes temos chamado a atenção, dados os valores incomportáveis e inaceitáveis que atinge.

Consideramos como positiva, ainda que diminuta, a redução em cerca de 2% das despesas correntes.

Se é certo que se registou uma melhoria na rubrica de investimentos, também é certo que não ultrapassou os 65,4% a despesa de capital e que ficou pelos 77,5% o cumprimento do Plano de Actividades aqui aprovado em 2005.

Dentro dos condicionalismos atrás mencionados, a análise do cumprimento (ou não) das prioridades definidas nas grandes opções do Plano de Actividades para 2006, deram os seguintes resultados:

- a) A primeira prioridade, Ambiente e Qualidade de Vida, com uma verba inicialmente orçamentada de 7 195 713 € e uma verba efectivamente executada de 5 022 448 €, passou dos 21,2% de execução previstos para os 14,8%, ficando, contudo, como primeira prioridade;
- b) A segunda prioridade, Vias de Comunicação e Transportes, com uma verba inicial orçamentada de 5 591 272 € e uma verba executada de 3 632 684 €, passou dos previstos 16,5% de execução para os 10,7%, quedando-se na 5ª posição;
- c) A terceira prioridade, Apoios às Freguesias, com uma verba inicialmente orçamentada de 5 168 881 € e executada de 3 923 069 €, passou dos (15,2%), relegando-se para a 4ª prioridade;
- d) A quarta prioridade, Educação, com uma verba inicialmente orçamentada de 4 788 663 €, passou dos previstos 14,1% para os 13%, subindo para a segunda posição;
- e) A quinta prioridade, Cultura, Desporto e Tempos Livres, com uma verba inicialmente orçamentada de 4 139 906 € e uma verba efectivamente executada de 4 002 443 €, passou para a terceira posição.

Embora o executivo Camarário, ao executar os Planos de Actividades, não entenda como necessário explicitar a filosofia de actuação da Câmara para o desenvolvimento do Concelho e apenas se chegue à determinação das suas prioridades através dos montantes das verbas inscritas no mapa das Grandes Opções dos Planos, também agora, depois de verificar que não deu cumprimento a essa prioridade, continua a não achar obrigatório explicar as razões de tais alterações na sua actuação política.

Para além da análise do cumprimento (ou não) das prioridades “definidas” pela Câmara também verificamos, por exemplo:

1. Que as “ Iniciativas de Desenvolvimento”, com uma verba orçamentada final de 4 910 280 € tiveram uma taxa de execução de execução de 93%;

2. Que o “ Apoio às Freguesias “, com uma verba orçamentada final de 4 270 735 €, teve uma taxa de execução de 92%;
 3. Que a “ Educação “, com uma verba orçamentada final de 5 048 814 €, teve uma taxa de execução de 88%;
 4. Que a “ Cultura, Desporto e Tempos Livres “, com uma verba orçamental final de 4 450 776 €, teve uma taxa de execução de 83%;
 5. Que o “ Ambiente e Qualidade de Vida “, com uma verba orçamental final de 8 482 984, teve uma taxa de execução de 59%;
- e, também, que :

- A Habitação e Urbanização, com uma verba orçamentada final de 2 863 893 €, teve uma taxa de execução de 40%;
- O Planeamento Urbanização, com uma verba orçamentada final de 149 600 € teve uma taxa de execução de 13%;
- O Programa de Defesa da Floresta, com uma verba orçamentada final de 114 134 €, teve uma taxa de execução de 27%;
- A Qualificação da Orla Costeira, com uma verba orçamentada final de 657 527 €, teve uma taxa de execução de 26%;
- A Valorização das Bacias Hidrográficas e Zonas Húmidas, com uma verba orçamentada final de 602 445 €, teve uma taxa de execução de 25%;
- A Modernização Administrativa, com uma verba orçamentada final de 163 500 €, teve uma taxa de execução de 15%.

Da análise efectuada concluiu-se que nos Planos de Actividades deverão ser orçamentadas verbas que se aproximem do que efectivamente se pensa poder receber para que se não verifiquem quebras assinaláveis como as registadas nas Receitas de Capital que terão afectado a actuação de Executivo Camarário.

Concluiu-se também que, sobretudo no que respeita às “ Iniciativas de desenvolvimento “, ao “ Apoio às Freguesias “, à “ Educação “, à “ Cultura, Desporto e Tempos Livres “ e ao “ Ambiente e Qualidade de Vida “, há aspectos positivos a salientar.

Há, porem, situações que sempre temos defendido, por justas, e que continuamos a não ver executadas:

- a) A do reforço da ponte que ligue o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural do Concelho elevando, num prazo médio, as transferências para as freguesias ao montante dos 20% da receita Camarária, mediante protocolos discutidos e aceites, acabando com os

jogos de poder e possibilitando às Juntas o desenvolvimento das suas freguesias. É certo que em tempo de crise já são razoáveis as verbas transferidas, mas também o é o facto de continuar desequilibrada a repartição das mesmas que vão dos 146 099 € para a Meadela aos 5 186 € para Vilar de Murteda nas transferências correntes e dos 211 693 € para a Meadela aos 34 431 € para Monserrate nas transferências de capital e à qual nos manteremos atentos, de acordo com o que afirmámos na apreciação do Orçamento de 2005.

- b) A de que não é possível pugnar pelo derrube do “ Prédio do Coutinho “ e ao mesmo tempo continuar a defender a política de controlo do crescimento urbanístico do concelho à custa dos loteamentos de iniciativa privada.

Quanto a nós é urgente mudar de política, neste aspecto, sendo necessária a aprovação do PDM e a execução do Planos de Pormenor, dos Planos de Salvaguarda e dos Estudos previsto que permitam o harmonioso crescimento urbano, preservem a identidade e os valores culturais do concelho e defendam a qualidade dos novos espaços públicos, problema que se não resolve com a execução de 13% da já pequena verba orçamentada para o efeito. É que, se os Planos Urbanísticos são caros e morosos, também são imprescindíveis para o crescimento, com qualidade, do concelho;

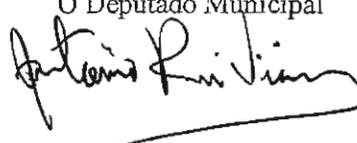
- c) A de que o desenvolvimento das potencialidades constituídas pela existência do mar, do rio, da montanha e das zonas húmidas, referidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do concelho de Viana do Castelo, requer muito mais da Câmara Municipal de Viana do Castelo do que as ridículas verbas gastas nestes domínios;

- d) A do aumento dos empréstimos bancários e das dívidas aos fornecedores.

Assim, tendo em atenção os aspectos positivos já mencionados e, igualmente as críticas à inexistência de uma cabal explicação para o não cumprimento das prioridades contidas no Plano de Actividades de 2006, a repartição pouco equilibrada das verbas atribuídas às freguesias e o pouco empenhamento na planificação do desenvolvimento urbanístico do concelho, a CDU opta pela abstenção.

Viana do Castelo, 26 de Abril de 2007

O Agrupamento Político da CDU

O Deputado Municipal


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26.04.2007
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PRESTAÇÃO DE
CONTAS DE 2006

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores, órgãos da comunicação social,

É com prazer que a todos me dirijo para dizer algumas palavras acerca do Relatório de Actividades e Prestação de Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, respeitantes ao ano transacto.

Podem crer que é de veras gratificante, ter a oportunidade de me congratular perante todos, pelo trabalho que tem sido levado a cabo por esta Câmara, liderada por Defensor Moura. Digo isto convictamente, independentemente de integrar o mesmo partido político.

Não posso nem devo estar com falsas modéstias. O trabalho que tem sido desenvolvido ao longo destes últimos anos em Viana do Castelo, deve ser motivo de orgulho não só para os socialistas, mas para todos os Vianenses.

Ainda que o mérito maior caiba ao Presidente do Executivo, não posso deixar de enaltecer as equipas que tem vindo a liderar, todo o pessoal ao serviço da Câmara e dos Serviços Municipalizados e a larga maioria dos Vianenses que, desde há anos, abriu os olhos e decidiu acordar Viana.

O Relatório de Actividades e Prestação de Contas que hoje nos cabe analisar, discutir e votar, diz respeito a mais um ano que, como nos 12 anteriores, persegue um projecto integrado de desenvolvimento, de progresso e de centralidade, que este Concelho merece e necessita.

Quem tem percorrido a cidade e as 40 freguesias de concelho, nem precisava de ler o Relatório de Actividades que nos foi apresentado para análise. Aqueles que não se recusam ver o que está à vista de todos, notam por todo o lado, o resultado da despesa dos 52 milhões de euros, por parte da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, e dos cerca de 30 milhões de euros despendidos pela Viana Polis e pelas Águas do Minho e Lima, em todo o Concelho, no ano de 2006.

Conseguir os valores mais elevados de sempre quer em receitas arrecadadas, quer em despesas executadas e uma taxa de execução orçamental superior a 80%, num ano fortemente condicionado pela crise que o País atravessa e pelas fortes restrições orçamentais do Estado, é mérito deste executivo que todos devemos reconhecer.

Mas, dizia eu, o rol das actividades levadas a cabo por esta Autarquia, ao longo do ano transacto, está à vista de todos. Por ser tão vasto e partindo do princípio que, ao menos, todos o leram no Relatório que foi distribuído aos líderes de bancada e que está publicado na Internet, vou abster-me de as enumerar.

No entanto, não posso deixar de fazer alguns comentários ao papel que certa oposição, com assento nesta Assembleia, tem vindo a desempenhar.

É incontestável o surto de desenvolvimento e de progresso que Viana do Castelo tem vindo a atravessar nestes últimos anos, a todos os níveis. Seja ao nível da educação, da cultura, da vertente social, do desporto, das infra-estruturas básicas, da rede viária, da costa litoral e das praias, das obras públicas, do urbanismo ou do desenvolvimento económico. São factos, não são promessas, nem utopias, nem retórica.

É ou não verdade que antes do Partido Socialista ter passado a liderar a Câmara Municipal, se dizia que Braga rezava, Coimbra estudava e que Viana dormia? E agora, alguém no seu perfeito juízo e discernimento poderá dizer o mesmo relativamente ao nosso Concelho? É que a diferença entre o antes e o agora, é abismal!

Não contesto que cada vez se pretenda mais e melhor para o Município, é saudável e ajuda ao progresso. No entanto devemos reconhecer o muito que tem sido feito e orgulharmo-nos por ser Vianenses e por ter uma cidade e um Concelho cada vez mais moderno e atractivo, mesmo que nem tudo esteja a ser feito ao nosso gosto pessoal.

Quando assisto àqueles discursos miserabilistas que por vezes aqui são proferidos, em linguagem monocórdica, em tom de ladainha ou de desgraça, falando como que Viana do Castelo se tivesse transformado numa cidade feia, triste, estragada, sem rumo, liderada por um ditador que faz tudo mal e a seu belo prazer, sinto a estranha sensação de estar perante um surrealismo bacoco e de muito mau gosto.

Não entendo como pessoas inteligentes possam pensar que todos os outros são pacóvios e entendam tudo ao contrário do que vêem e do que sentem.

Infelizmente, todos sabemos que há Vianenses que trabalham arduamente, só para atrapalhar o progresso e o desenvolvimento da nossa terra. Cada obra de vulto que deixe de poder ser feita, é como uma vitória para eles. Obcecados, talvez com a sede do poder, despendem o seu tempo a colocar pedras na engrenagem, tentando impedir que a Câmara execute obras e projectos que sabem ser da vontade da esmagadora maioria dos deputados desta Assembleia e dos Vianenses. De uma forma descarada, procuram a todo o custo impedir que o Executivo cumpra o seu programa eleitoral, para depois o acusarem da falta de cumprimento ou das despesas decorrentes dos atrasos causados por eles próprios.

O que se está a passar com o Prédio do Coutinho e com o Mercado Municipal é um exemplo flagrante desse descaramento.

Podemos estar certos que se quando Deus decidiu que Viana fosse atravessada por um rio, existissem esses vianenses, concerteza que se iria “ver à nora” para ultrapassar todas as providências cautelares que eles iriam interpor para O impedirem de fazer tal malfeitoria. No entanto, é agora uma incontestada beleza de Viana.

É o que se tem verificado com inúmeras obras, como a intervenção no Jardim Público, o parque de estacionamento da Avenida, os viadutos da 25 de Abril, o Interface de Transportes, o Centro Comercial da Estação.

Contestam tudo o que se faz porque se sentem impedidos de contestar por nada se fazer. Eu diria que fazem parte de uma espécie bota-abaixo.

Obcecados pela árvore, não conseguem ver o bosque, e deles nem se ouve uma palavra de congratulação por termos o Funicular de St^a. Luzia, como propriedade municipal, completamente renovado e a funcionar, ou pelo arranque de um complexo de cinco empresas, a criar no Município, para a fabricação de componentes para geradores eólicos que irá criar largas centenas de empregos qualificados e trazer enormes benefícios para o Concelho, ou mesmo pela recente Certificação dos Serviços Municipalizados, fruto de um trabalho árduo e profícuo por parte da Administração e dos Funcionários, com vista à conseguida e reconhecida Modernização Administrativa, apoiada na formação e nas novas tecnologias de informação, melhorando significativamente a eficácia dos serviços que prestam aos munícipes.

Apesar de tudo isto, apesar das tentativas de bloqueio de uma oposição atabalhoada e autista, esta Câmara Socialista continua no rumo certo, seguindo uma estratégia bem definida, com vista ao desenvolvimento integrado do Concelho e à melhoria da qualidade de vida de todos os Vianenses.

Por todas as razões apontadas, eu e os meus colegas de bancada, iremos votar favoravelmente este Relatório de Actividades e Contas. E estou absolutamente convencido que muitos outros o irão fazer porque não serão tantos aqueles a quem cabe a carapuça.

Viana do Castelo, 26 de Abril de 2007

Luis Palma


PROPOSTA

(A)

A BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA, PROPÕE
PARA REPRESENTANTE DESTA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL PARA PARTICIPAR NO ^{XVII} CONGRESSO
NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
MUNICIPIOS PORTUGUESES, O DEPUTADO MUNICIPAL
E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA
NOVA DE ANHA : JOÃO AUGUSTO DO REGO SÃO
JOÃO.

VIANA DO CASTELO, 26 DE ABRIL DE 2007

~~Caro~~
~~Rita de~~
~~Balis~~
Liliana Castro
partido
R3
João Augusto do Rego São João
A/B

PROPOSTA (A)

A BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA, PROPÕE
PARA REPRESENTANTE DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
NA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, O DEPUTADO
MUNICIPAL: JOÃO CAMPOS SARDINHA.

VIANA DO CASTELO, 26 DE ABRIL DE 2007

Luís António

14

Amélia

Fernando

22

Rogério

10

18

100

100

100

100

100

PROPOSTA

(B)

O GRUPOAMENTO DOS PRESIDENTES DA
JUNTA INDEPENDENTES, PROPÕE
PARA REPRESENTANTE DESTA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO,
O DEPUTADO MUNICIPAL, MANUEL FERNANDO
XAVIER MORAIS DO VALE. PRESIDENTE
DA JUNTA AFIFE

VIANA DO CASTELO, 26/04/2007





ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Assembleia Municipal de Viana do Castelo
Registado s/ n.º <u>27</u>
Em <u>03/04/07</u>
O Funcionário <u>[assinatura]</u>

 1976 - 2006 30 ANOS PODER LOCAL DEMOCRÁTICO	AV. MARNOCO E SOUSA, 52 3004-511 COIMBRA TEL: 239 40 44 34 FAX: 239 701 760 / 862 E-MAIL: ANMP@ANMP.PT
---	--

Ex.mo Senhor
ARMANDO RODRIGO SOARES PEREIRA
Presidente da Assembleia Municipal
Viana do Castelo
Rua Cândido dos Reis
4901-877 VIANA DO CASTELO

v/ref.

n/ref. CIR:43/2007

data: 2007-03-30

ASSUNTO: XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Tal como comunicado através da nossa circular 4/2007, a Associação Nacional de Municípios Portugueses vai realizar nos dias 15 e 16 de Junho de 2007, na Cidade de Ponta Delgada, o seu XVII Congresso Nacional.

Numa fase em que o Governo, reconhecendo a capacidade da gestão municipal, estuda a transferência para os Municípios de um conjunto de novas competências, o XVII Congresso da ANMP pretende reafirmar o compromisso dos Autarcas na descentralização, enquanto importantíssimo passo para a modernização da Administração Pública, para a reorganização do Estado e para a aproximação dos centros de decisão aos Cidadãos.

Assim, nos trabalhos das secções do XVII Congresso serão amplamente debatidas as novas áreas de intervenção municipal, designadamente ao nível **social**, da **saúde**, da **educação**, do **ambiente** e do **ordenamento do território**. No pressuposto de que qualquer nova competência não poderá deixar de representar uma melhoria no serviço prestado às populações, equacionar-se-ão, também, formas inovadoras da gestão de proximidade.

No ano em que se comemoram os 30 Anos de Poder Local Democrático, no mesmo ano em que, estamos certos, se dará início a um novo ciclo de gestão autárquica, a presença de todos nos trabalhos do XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses assume particular importância.

As inscrições encontram-se abertas em www.anmp.pt, espaço onde irá sendo disponibilizada toda a informação de interesse para o evento. As referidas inscrições são feitas **exclusivamente on-line** com utilização do código de acesso abaixo indicado, e pressupõem o cumprimento das normas previstas quer nos Estatutos da ANMP quer no Regulamento do XVII Congresso.

Esperando poder vir a contar com a vossa participação, apresento os melhores cumprimentos.

O Secretário Geral

Artur Trindade

CODIGO DE ACESSO:
Utilizador: **AMVCT**
Password: **2641**

À semelhança de anos anteriores, junto enviamos a nossa proposta de transporte e alojamento para participar no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses a realizar em Ponta Delgada no dia 15 e 16 de Junho de 2007.

Propomos uma larga oferta de voos com a companhia aérea TAP e Sata e diversas sugestões de unidades hoteleiras em Ponta Delgada.

Incluimos voos com partidas do Porto e Lisboa, excursões em São Miguel que poderá efectuar antes e após o Congresso. Incluimos também preços, caso pretenda alugar viatura em Ponta Delgada e ainda dois programas de circuito que incluem as ilhas Terceira e Faial, permanecendo em S. Miguel nas datas do Congresso.

Para os autarcas da Ilha da Madeira e Porto Santo, poderemos propor um programa alternativo.

Agradecemos que leia atentamente o boletim, caso tenha alguma duvida não hesite em contactar-nos.

Renovamos os nossos cumprimentos, subscrevendo-nos com elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

José Paulo Batista

CIRCUITO I - HORTA/PONTA DELGADA/TERCEIRA/LISBOA

S4 153	13 JUNHO	LISBOA/HORTA	12H25/14H00
SP 481	14 JUNHO	HORTA/PONTA DELGADA	12H00/13H40
SP 452	17 JUNHO	PONTA DELGADA/TERCEIRA	16H00/16H40
S4 8828	18 JUNHO	TERCEIRA/LISBOA	21H15/#00H30

1º Dia - 13 Junho - Lisboa / Horta

Comparência no aeroporto em hora a informar. Assistência nas formalidades de embarque e partida com destino à Horta. Início da visita de meio dia, passando pela zona dos moinhos de vento e paragem no Miradouro da Espalamarca, ponto panorâmico sobre a cidade da Horta e o pequeno promontório constituído pelos Monte da Guia e Monte Queimado. Chegada à Caldeira na zona central da Ilha e um dos pontos paisagísticos de maior beleza, com as suas paredes e fundo cobertas de vegetação luxuriante, classificada como reserva natural. Continuação do percurso até à zona da Ponta dos Capelinhos, principal ponto turístico da Ilha e onde se pode observar o efeito da erupção vulcânica ocorrida junto à Costa em 1957/58. Regresso à Horta. Alojamento no Faial Resort Hotel 4*.

2º Dia – 14 Junho – Horta / Ponta Delgada

Pequeno almoço. Em hora a combinar transfere ao aeroporto. Partida com destino a Ponta Delgada. Chegada e transfer ao Vila Nova Hotel 3*. Resto de dia livre para actividades de carácter pessoal. Alojamento.

3º /4ºDia – 15 e 16 Junho – Ponta Delgada

Estadia em regime de alojamento e pequeno almoço. Transporte do Hotel para o Congresso e vice-versa.

5º Dia - 17 Junho - Ponta Delgada/Terceira

Pequeno almoço. Em hora a combinar transporte para o aeroporto, assistência nas formalidades de embarque e partida com destino à Terceira. Chegada e transfere ao Hotel Angra 3*. Resto de dia livre. Alojamento.

6º Dia - 18 Junho – Terceira/ Lisboa

Pequeno almoço. Excursão de dia inteiro com almoço. Partida em direcção ao Monte Brasil, seguindo para S. Sebastião, para visitar a Igreja local e um Império do Espírito Santo, de seguida a cidade da Praia da Vitória. Almoço. Após o almoço, seguimos para o interior da ilha, do cimo da Serra do Cume temos a bela paisagem dos cerrados da ilha, continuamos pelo interior poderemos visitar o Algar do Carvão e os Tentaderos. De seguida em direcção à freguesia dos Biscoitos - visita ao Museu do Vinho. De regresso a Angra do Heroísmo, passando pelo interior da ilha pelo Mistério Negro em direcção à freguesia das Cinco Ribeiras, com a possibilidade de visitar a Fábrica de Queijo das Cinco Ribeiras, seguimos até S. Mateus em direcção a Angra. Em hora a combinar transporte ao aeroporto, formalidades de embarque e partida com destino a Lisboa.

O preço inclui:

- Passagem aérea Lisboa / Horta/Ponta Delgada/ Terceira / Lisboa;
- Transporte aeroporto / hotel / aeroporto;
- Estadia nos hotéis mencionados no programa em regime de alojamento e pequeno almoço;
- Transporte Hotel / congresso / Hotel;
- Taxas de aeroporto, hoteleiras, de turismo, serviço e Iva;
- Excursões conforme programa;
- Seguro de viagem;

Preços sujeitos a disponibilidade de lugares aéreos e terrestres, a aumentos de tarifas, incrementos de combustível e alterações das taxas de aeroporto.

Sempre que existam razões alheias que o justifiquem, a agência organizadora poderá alterar a ordem dos percursos, modificar horas de partida ou substituir qualquer dos hotéis previstos por outros de catg similar.

Grupo mínimo 25

pessoas.

CIRCUITO II – LISBOA/TERCEIRA/PONTA DELGADA/HORTA/LISBOA

S4 8821	13 JUNHO LISBOA/TERCEIRA	08H00/09H25	OPERATED BY TAP AIR PORTUGAL
SP 407	14 JUNHO TERCEIRA/PONTA DELGADA	20H40/21H20	
SP 480	17 JUNHO PONTA DELGADA/HORTA	09H00/10H40	
S4 8844	18 JUNHO HORTA/LISBOA	11H55/15H20	

1º Dia - 13 Junho - Lisboa / Terceira

Comparência no aeroporto em hora a informar. Assistência nas formalidades de embarque e partida com destino à Terceira. Início da excursão de dia inteiro. Monte Brasil, seguindo para S. Sebastião, para visitar a Igreja local e um Império do Espírito Santo, de seguida a cidade da Praia da Vitória. Almoço. Após o almoço, seguimos para o interior da ilha, do cimo da Serra do Cume temos a bela paisagem dos cerrados da ilha, continuando pelo interior poderemos visitar o Algar do Carvão e os Tentaderos. Continuação da viagem, em direcção à freguesia dos Biscoitos - visita ao Museu do Vinho. No regresso passagem por Angra do Heroísmo, pelo interior da ilha, pelo Mistério Negro em direcção à freguesia das Cinco Ribeiras, com a possibilidade de visitar a Fábrica de Queijo das Cinco Ribeiras, continuação até S. Mateus em direcção a Angra. Alojamento no Hotel Angra 3*. Alojamento.

2º Dia - 14 Junho – Terceira/Ponta Delgada

Pequeno almoço no hotel. Dia livre para actividades de carácter pessoal. Em hora a combinar, transfere para o aeroporto. Partida com destino a Ponta Delgada. Chegada e transfere ao Vila Nova Hotel 3*. Alojamento.

3º e 4º Dia - 15/16 Junho – Ponta Delgada.

Estadia em regime de alojamento e pequeno almoço. Transporte do hotel para o congresso e vice-versa.

5º Dia - 17 Junho – Ponta Delgada / Horta

Pequeno almoço no hotel. Em hora a combinar, partida para o aeroporto. Assistência nas formalidades de embarque e partida com destino à Horta. Chegada e transfere para o Faial Resort Hotel 4*. Em hora a combinar, início de visita de meio dia de cidade (sem almoço). Saída do Hotel e passagem pelo centro da cidade da Horta, tão característica pela sua marina cosmopolita, ponto de encontro de iates vindos de todo o mundo, nas suas travessias transatlânticas. Continuação do percurso, pela zona dos moinhos de vento e paragem no Miradouro da Espalamarca, ponto panorâmico sobre a cidade da Horta e o pequeno promontório constituído pelos Monte da Guia e Monte Queimado. Chegada à Caldeira na zona central da Ilha e um dos pontos paisagísticos de maior beleza, com as suas paredes e fundo cobertas de vegetação luxuriante, classificada como reserva natural. Continuação do percurso até à zona da Ponta dos Capelinhos, principal ponto turístico da Ilha e onde se pode observar o efeito da erupção vulcânica ocorrida junto à Costa em 1957/58. Regresso à Horta. Alojamento no Faial Resort Hotel 4*.

6º Dia - 18 Junho - Horta / Lisboa

Pequeno almoço no hotel. Em hora a combinar transporte ao aeroporto. Assistência nas formalidades de embarque e partida com destino a Lisboa. Chegada a Lisboa.

O preço inclui:

- Passagem aérea Lisboa / Terceira/Ponta Delgada / Horta / Lisboa;
- Transporte aeroporto / hotel / aeroporto;
- Estadia nos hotéis mencionados no programa em regime de alojamento e pequeno almoço;
- Transporte hotel / congresso / hotel;
- Taxas de aeroporto, hoteleiras, de turismo, serviço e Iva;
- Excursões conforme programa
- Seguro de viagem;

Peços sujeitos a disponibilidade de lugares aéreos e terrestres, a aumentos de tarifas, incrementos de combustível e alterações das taxas de aeroporto.

Sempre que existam razões alheias que o justifiquem, a agência organizadora poderá alterar a ordem dos percursos, modificar horas de partida ou substituir qualquer dos hotéis previstos por outros de catg similar.

Grupo mínimo 25 pessoas

